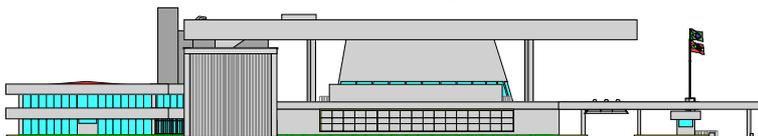


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 3 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.398

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sílvio Dreveck
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 023ª Sessão Ordinária realizada em 29/03/2012 2 Ata da 009ª Sessão Especial realizada em 29/03/2012, às 19 Horas 9</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência 14 Atos da Mesa DL 14 Atos da Mesa 14</p> <p>Publicações Diversas Ofícios 18 Portarias 19 Projetos de Lei 21 Projeto de Lei Complementar 24 Redações Finais 24</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Dado Cherem - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença de prefeitos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda o a questão do transporte coletivo e da mobilidade urbana da Grande Florianópolis.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Critica a intenção do governo estadual de terceirizar os serviços do Samu.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta o movimento das entidades patronais e de trabalhadores contra a desindustrialização do país.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se às modificações da Receita Federal para facilitar a dedução do Imposto de Renda para o FIA.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Relembra os estragos causados pelo furacão Catarina no sul de SC.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Ratifica sua posição acerca da necessidade de ajudar no custeio dos hospitais que atendem ao SUS.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Discorre sobre a comissão que opinará pela manutenção ou mudança do Hino de Santa Catarina.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Posiciona-se na questão do financiamento da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas fazer o registro de que temos um importante encontro da Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina - acontecendo nesta Casa.

Neste momento acompanham a abertura desta sessão o presidente da Câmara Municipal de Joaçaba, vereador André Tarcísio Dalsenter; o vice-presidente, vereador Ademir Zanchetta, além do vereador Anderson Clair Schranck, de Ipirá.

A todos as nossas boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. depu-

tados, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e os que aqui estão na manhã desta quinta-feira.

Sr. presidente, quero tratar de um assunto que, via de regra, debatemos bastante nos momentos de conflito, de crise: o transporte coletivo na Grande Florianópolis, mas depois, quando o clima dá uma esfriada e as condições se normalizam, deixamos de falar ou, pelo menos, falamos menos.

Evidentemente que também impulsionado pelo debate existente neste momento na capital acerca da proposta de duplicação de um trecho da rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, de um debate que está havendo através dos meios de comunicação e de pouco debate que está havendo com a comunidade interessada no assunto ou diretamente envolvida na questão.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina decidiu, há duas semanas, não ceder parte do espaço da universidade, circunvizinha à rua Deputado Antônio Edu Vieira, e dar um prazo de seis meses para que o assunto possa ser debatido melhor, de forma mais profunda com a comunidade universitária, com a população residente no Pantanal e na região da bacia do Itacorubi e com a prefeitura de Florianópolis, que é o gestor interessado em fazer a obra.

Lendo, pela manhã, os relatórios e tendo ouvido o debate ocorrido no conselho da Universidade Federal e na comunidade do Pantanal, nos últimos anos, acerca desse assunto, acabo de perceber que a proposta da prefeitura para a duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira talvez encante pela aparente solução do problema da mobilidade naquela região, porque não fica claro no debate que essa duplicação será apenas parcial, ou seja, de um trecho dessa rua.

A duplicação da qual se fala e para a qual se pede 18.000m, quase dois hectares, do terreno da UFSC, partiria do trevo da entrada do Córrego Grande até a rótula da Eletrosul, duplicando um trecho que, creio, não passa de 500m. E a rua Deputado Antônio Edu Vieira é uma rua que tem o mesmo tamanho, a mesma largura e a mesma proporção até o seu esgotamento, até o seu final, no Armazém Vieira, que desemboca na Via Expressa Sul. E aí fica a pergunta óbvia: o que resolveria para a mobilidade urbana daquela região e da cidade duplicar apenas a metade da rua Deputado Antônio Edu Vieira?

Na minha avaliação, resolveria muito pouco ou quase nada. Talvez melhore um pouquinho o acesso ao bairro Córrego Grande, porque o acesso da região da bacia de Itacorubi para a Via Expressa Sul, para o sul da Ilha ou até para o centro, pegando o túnel, dependeria da duplicação integral da rua Deputado Antônio Edu Vieira.

Mas a prefeitura, alegando não ter recursos para desapropriar a região que vai da Eletrosul até o Armazém Vieira,

faria em duas etapas. Na primeira etapa, que seria agora, pegaria um pedaço da UFSC duplicando a metade da rua e depois, em tempo que ainda não foi definido, desapropriaria os terrenos dali até o final da rua, para poder duplicar o total.

Infelizmente, estamos cada vez mais desanimados com a letargia, com a demora, com a protelação das obras públicas em nossa cidade, em nossa região, em nosso país, e podemos imaginar que será realizada a primeira parte da obra talvez em um ano, dois anos, três anos e depois se esperará mais uma década para começar a rediscutir o assunto.

Dessa forma, lendo atentamente o relatório debatido no Conselho Universitário da UFSC, quero dizer que estou de acordo com o referido relatório. Está-se querendo tapar o sol com a peneira mais uma vez na questão da mobilidade urbana em Florianópolis, fazendo propaganda de que uma determinada obra vai solucionar o problema do tráfego de determinada região, e quando a obra é realizada e entregue, percebe-se que não foi resolvido nada ou se resolveu muito pouco.

Ao mesmo tempo em que não se investe, não se pensa que há interesses empresariais locais envolvidos com interesses políticos, inclusive interesses econômico-financeiros das empresas que fazem parte do poder público municipal, como pessoa física e jurídica, pois a pessoa física do gestor público é a mesma pessoa jurídica da empresa de transporte coletivo. Talvez seja o pior transporte coletivo que existe no Brasil.

Estive no Rio de Janeiro recentemente e prestei atenção nesse detalhe. É mais difícil andar em Florianópolis, entre 17h e 19h, do que na cidade do Rio de Janeiro. Demora-se mais para percorrer o mesmo trecho, o mesmo espaço em Florianópolis, uma cidade com 400 mil habitantes - somando a Grande Florianópolis dá 700, 800 mil habitantes -, do que no Rio de Janeiro. A cidade de Florianópolis está mais truncada do que a cidade do Rio de Janeiro. Nós moramos numa ilha e não temos um barquinho para atravessar o Estreito e chegar ao continente.

Para felicidade geral da nação e do povo catarinense, em nossas terras não acontecem terremotos, porque se acontecesse um terremoto a população da ilha provavelmente pereceria de fome, de miséria e de tantas outras desgraças, pois não temos absolutamente nada em termos de transporte aquático! Moramos numa ilha que fica há menos de um quilômetro de distância do continente. As cidades da Grande Florianópolis se entrecruzam. Trinta ou quarenta por cento da população da Grande Florianópolis moram na ilha, os outros 60% moram na parte continental e as outras cidades ficam na parte continental. E todo mundo precisa cruzar do continente para a ilha e da ilha para o continente praticamente todos os dias, quase toda a população precisa fazer esse trajeto, mas não temos

nenhuma modalidade de transporte pelo mar, por mais simples que seja o transporte marítimo.

Eu, na minha pouca informação em termos de logística, de engenharia, posso afirmar, com absoluta certeza, de que o transporte marítimo é mais econômico, menos poluente e, inclusive, mais atraente, mas interesses financeiros de um grupo pequeno de empresários do transporte coletivo, que ajudam a mandar ou mandam na administração das cidades da Grande Florianópolis, impedem que seja debatido esse assunto efetivamente. E agora se quer jogar a responsabilidade para a Universidade Federal de Santa Catarina pelo estrangulamento do trânsito na região.

Duplicar a metade da rua Deputado Antônio Edu Vieira é tapar o sol com a peneira, porque mesmo na modalidade de transporte particular, de automóvel, não resolve nada. Inclusive, na modalidade do transporte individual teria algum sentido se fosse duplicada a rua Deputado Antônio Edu Vieira inteira, para dar mais agilidade no trânsito naquela região. Não é o que está em debate. Parece até que a própria duplicação é mais interesse comercial que está em jogo do que a resolução efetiva de um problema de mobilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, ontem realizamos, com a participação do deputado Sargento Amauri Soares, uma reunião da comissão de Saúde desta Casa, contando com a participação do Sindisaúde, dos trabalhadores da saúde nos serviços de saúde pública de Santa Catarina, como também com trabalhadores do Samu e outros participantes, para discutir a situação do Samu em Santa Catarina.

O Samu, antes de tudo, é um serviço de urgência e de emergência reconhecido pela população brasileira. Numa recente pesquisa do Ipea, ganhou nota 7,2 no Brasil e aqui mesmo em Santa Catarina temos, como se diz, que tirar o chapéu para os trabalhadores do Samu, que trabalham com afinco, com abnegação, com dedicação, com altruísmo, com carinho, atendendo às pessoas em situações críticas. E trabalham com dificuldades, porque ao longo dos anos, desde 2005 para 2006, quando o órgão foi implantado, o governo do estado não se preocupou em dotá-lo de uma verdadeira estrutura de apoio, inclusive mandando para esta Casa projeto de lei que precisa definir e regulamentar a ocupação de cargos do Samu. Além disso, seu pessoal tem trabalhado em condições precárias, tão precárias a ponto de ter que fazer contratos mensais, o que é um absurdo. Poderia dizer que é o absurdo dos absurdos!

Mas apesar de toda essa situação, o Samu presta um importante trabalho para Santa Catarina. Agora o governo do estado, num entendimento com as secretarias de estado da Saúde e de Planejamento, abrirá, amanhã, o edital para a privatização do Samu, a fim de entregá-lo a uma organização social pernambucana, que está sob averiguação do Ministério Público Federal naquele estado.

Mas não é essa a questão. O Samu, além do atendimento de urgência e emergência, presta um serviço de regulação médica que comanda esse atendimento e toma decisões importantes sobre a vida das pessoas, inclusive na transferência de pacientes, na questão de vagas, que são situações muito delicadas no sistema de saúde.

Essa é uma função de estado, que não pode abrir mão da função precípua de fiscalizar. A essência do Samu, que é a regulamentação médica, é uma função vital, deputado Ismael dos Santos, e ao estado não é dado o direito de transferi-la para setores privados.

Ontem ainda, decorrente da reunião pública que realizamos na comissão de Saúde e dos encaminhamentos que lá foram propostos, solicitei, em nome da comissão, ao sr. governador e ao secretário de estado da Saúde que suspendam, que suspendam esse edital e abram imediatamente concurso público para o Samu. A afirmação reiterada do secretário da Saúde de que não seria plausível admitir servidores para o Samu é porque, depois de alguns anos, depois de dez, de 15, de 20 anos, ninguém mais suportaria trabalhar uma situação estressante, de urgência, de emergência. Isso, na verdade, pode explicar, mas não justifica, porque hoje os médicos já são admitidos por concurso para trabalhar em UTIs, em prontos-socorros, onde se defrontam com situações semelhantes. E há possibilidade de o estado, sim, dentre os seus servidores, escalar as atividades.

Além do mais, há uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina contra essas terceirizações nos serviços essenciais, como o é a saúde. O estado recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, que denegou o recurso impetrado pelo estado.

Portanto, temos decisões em duas instâncias da Justiça do Trabalho. Temos também uma decisão do Conselho Estadual de Saúde, que é a instância máxima de saúde no estado, de caráter deliberativo. O Conselho Estadual de Saúde não é apenas pró-forma, para inglês ver, apenas decorativo ou para contemplar exigências da lei. O Conselho Estadual de Saúde, como também o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, é uma das essências do SUS, ele tem caráter deliberativo. E o Conselho Estadual de Saúde, ratificado pela Conferência Estadual de Saúde no ano passado, deliberou contra essa proposta de privatizações na saúde e também,

especificamente, em relação ao Samu. Ainda na última reunião, o Conselho Estadual de Saúde posicionou-se de tal forma em discussões que também se processaram no âmbito da CIB - Comissão Intergestora Bipartite.

Essa grande discussão entre o público e o privado que permeia a administração pública já se fez na saúde quando da Constituinte. Quando os constituintes elaboraram o capítulo da saúde que temos hoje na Constituição Federal, foi feito um grande debate da relação público-privado: se o público existiria sozinho, se o privado não existiria, se a medicina seria somente privada e não existiria a medicina pública. Tudo isso foi discutido e está consignado na Constituição. E qual foi o resultado desse grande debate nacional dos constituintes? Que o setor privado é complementar e não substantivo. Ele substitui, sim, quando o estado não tem como estar presente. Há várias situações da saúde e de hospitais em nosso estado, em municípios e regiões em que, muitas vezes, o privado, o filantrópico e a comunidade têm que estar presente complementando e até, muitas vezes, substituindo.

Mas em situações como essa do Samu, a própria Portaria n. 2026, do ministério da Saúde, no seu art. 30 diz que os recursos financeiros a serem transferidos pelo ministério da Saúde para o Samu não poderão ser utilizados para a contratação de serviços de prestadores da iniciativa privada.

Portanto, o Samu é uma função de estado, e o estado tem todas as condições de exercê-la, porque quando o governo do estado chega para o seu povo e diz que é incapaz de administrar uma das suas essências, o que mais interessa para a cidadania, que é a saúde - e assim como são a segurança e a educação, esse grande tripé da cidadania -, ele está dando uma demonstração de fraqueza e de falta de compromisso com essa função precípua.

Portanto, srs. deputados, ratifico neste momento aquilo que, ontem, foi objeto de debate na comissão de Saúde desta Casa. E ontem, na sessão da tarde, abrimos um espaço nesta tribuna para que os trabalhadores do Samu se manifestassem aos srs. deputados com este clamor: que esse edital seja sustado, que o estado abra imediatamente concurso para 400 servidores, porque essa situação vem-se protelando indefinidamente. Não é mais possível protelá-la e somente há uma solução: concurso urgente e imediato, e o estado assumindo plenamente as suas responsabilidades com a saúde e o Samu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, no dia de ontem houve um

movimento na capital conduzido pela Fiesc, em conjunto com a Força Sindical. Esse movimento, que iniciou no Rio Grande do Sul, passou ontem por Santa Catarina e vai ao Paraná, a São Paulo e ao norte do Brasil, é apartidário, envolve as entidades de classe tanto laborais quanto patronais e tem como objetivo fazer com que o governo federal entenda que de fato está havendo a desindustrialização no Brasil.

Depois de realizadas as manifestações, serão elaborados documentos pelas federações e pela própria Força Sindical, que serão enviados ao governo federal no intuito de sensibilizar a presidente Dilma Rousseff a reduzir o custo Brasil, a fim de que sejam preservados os empregos dos cidadãos brasileiros, dos jovens e adultos brasileiros.

A indústria brasileira está passando por um momento muito difícil, em que pese alguns setores industriais ainda estarem avançando, como é o caso do setor naval e da construção civil. Mas a grande maioria das indústrias de manufaturados está sendo penalizada pela concorrência internacional.

Eu penso que a solução não está em fazer decretos ou criar barreiras além do que é possível num mundo globalizado, mas é possível, sim, reduzir o custo Brasil, o custo de produção da indústria brasileira, iniciando pela elevadíssima carga tributária, que está entre as maiores do planeta. É preciso reduzir a taxa de juros e alongar os financiamentos para a aquisição de máquinas, de equipamentos, de inovação; é preciso que haja um equilíbrio melhor no câmbio, ou seja, a relação do dólar em relação ao real, pois o dólar supervalorizado prejudica as exportações brasileiras. Mas além da carga tributária, há também os elevados encargos sociais na folha de pagamento, que aumentam o custo para a indústria brasileira e para as empresas de um modo geral, muitas vezes não permitindo que o próprio trabalhador tenha um salário melhor.

É preciso modernizar os portos, os aeroportos e o sistema viário brasileiro, coisa que o governo não consegue fazer por mais que se tenha esforçado, o que eleva o custo do transporte por conta da deficiência nas rodovias. Com isso, há uma despesa maior com transporte, desde gastos com pneus até outras peças e o próprio combustível.

A nossa matriz energética tem um custo elevadíssimo, um dos mais altos do mundo. A nossa burocracia, ou seja, o número de horas que se gasta para fazer os documentos relativos aos impostos, ao meio ambiente e contábeis é muito grande.

Então, somados todos esses componentes estruturais, a indústria brasileira vem, a cada dia, encontrando mais dificuldades para crescer ou mesmo para se manter. Muitas empresas estão desativadas porque foram à falência, e há outras que estão sobrevivendo com muita dificuldade.

Portanto, chegou a hora de unir forças na classe política, no Congresso Nacional e, em especial, no sistema de governo, que é presidencialista. Os ministros da área e a nossa presidente certamente terão sensibilidade para amenizar o problema da competição da indústria brasileira com o mundo dos negócios do planeta.

Na nossa avaliação, essa reivindicação é justa e meritória para preservar o emprego na maioria dos setores, porque senão estaremos fornecendo mão de obra para outros países comprarem produtos acabados e exportarem as nossas *commodities*. Ou seja, exportarem grãos de soja e minério de ferro, entre outras *commodities*, que, na verdade, são transformadas em outros países e muitas vezes retornam ao Brasil como produto acabado. Enquanto isso, aumenta o déficit na balança comercial brasileira e, o que é mais grave, criam-se oportunidades de trabalho para trabalhadores de outros países.

Vamos estar juntos com as entidades de classe e com os colegas deputados, tanto na Assembleia Legislativa, quanto em Brasília. Não é um movimento de protesto, mas de reivindicação, e entendemos que é justo para preservar, principalmente, a mão de obra brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, outro assunto que desejo abordar no dia de hoje diz respeito à alteração da lei que criou o Fundo para Infância e Adolescência, deputado Volnei Morastoni. A Receita Federal alterou a lei e está permitindo que a pessoa física e a pessoa jurídica façam o recolhimento por ocasião da apuração do Imposto de Renda.

Esse é um assunto relevante e quero parabenizar a Receita Federal que, com essa medida, propiciará o aumento do recolhimento, ou seja, vai aumentar a receita do FIA nos municípios e nos estados, coisa que não acontecia até o final de 2011, porque essa alteração ocorreu em fevereiro de 2012.

Mas o que acontecia até 2011? Somente se podia recolher para os fundos municipais e estaduais se fosse feito o recolhimento no decorrer do ano, quando do recebimento do salário a cada mês. Ora, isso não ocorria, em primeiro lugar, porque quem tinha imposto a pagar, dificilmente fazia esse recolhimento mês a mês, como pessoa física. Segundo, porque os escritórios de contabilidade também não o faziam, pois além do trabalho, gerava uma incerteza de como ficaria, no final do ano, sua receita, o quanto teria que pagar. Assim, na verdade, praticamente não se recolhia para os fundos municipais nem estaduais.

Eu imagino que, na Assembleia, se cada um de nós pedir ao nosso contador ou àquele que faz a nossa declaração, que na hora da apuração, faça o recolhimento... Porque somos nós que dizemos aonde vamos pagar, e não vai para o governo federal para ele redistribuir. Isso é importante porque nós, como deputados, podemos dizer: eu quero recolher para o Fundo para Infância e Adolescência para o município de Itajaí, ou de São Bento do Sul, Concórdia, Campos Novos, Florianópolis e assim por diante. Então, é permitido recolher até 3% do imposto devido para o FIA do meu município ou do estado, coisa que antes não era possível fazer na hora da apuração.

Eu imagino que somente aqui na Assembleia, se tomarmos essa decisão e orientarmos aquele que vai fazer a nossa declaração, estaremos contribuindo para o fundo e propiciando o atendimento às nossas crianças e adolescentes.

Então, é muito importante contribuir para os fundos dos municípios porque é lá que a procura pelo serviço público é maior. É no município que as pessoas procuram os serviços de saúde, educação e assistência social. Enfim, todos os serviços são procurados nos municípios, porque lá o prefeito, o vereador e os secretários estão mais próximos. Ou seja, lá o conjunto da administração pública está próximo das pessoas, ao passo que no estado está mais longe e na união nem se fala, está mais distante ainda.

Portanto, também é justo e meritório que os poucos recursos que conseguirmos sejam direcionados para o município, porque serão bem aplicados e fiscalizados tanto pela Câmara de Vereadores quanto pela população de um modo geral.

Assim, quero fazer um apelo aos colegas deputados, às colegas deputadas, aos colaboradores da Assembleia Legislativa, àqueles que têm imposto a pagar, para fazerem esse recolhimento diretamente ao FIA, seja ele municipal ou estadual, porque certamente será bem utilizado em favor da criança e do adolescente que precisam de atendimento. Esses recursos não são de um valor extraordinário, mas é de pouco em pouco que vamos somando e dando condições de atendê-los melhor e dar-lhes mais qualidade de vida.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, recordo-me com muita nitidez de um episódio

ocorrido há oito anos, mas que parece ter sido ontem: a chegada do furacão Catarina ao sul do estado, destruindo-o quase que completamente. Tenho certeza de que muitos dos moradores do sul catarinense não conseguem esquecer-se daquele episódio, porque muito do que foi destruído ainda não foi reerguido.

Aquele furacão, um verdadeiro desastre da natureza, chegou no dia 27 de março de 2004. Era noite, mas apesar dos inúmeros alertas, a maioria da população sulista não acreditava no que via, já que era o primeiro furacão registrado oficialmente no Atlântico Sul.

Os 21 municípios da nossa região foram tomados de surpresa, sendo que 14 decretaram estado de calamidade pública e sete, situação de emergência, em função dos estragos e dos grandes prejuízos econômicos, superiores a R\$ 850 milhões!

A paisagem era de destruição: casas e postos de gasolina derrubados e praticamente todas as construções destelhadas! Além disso, praticamente nenhum eucalipto ficou de pé! Ventos do quadrante sul sopraram às 17h45 e começou a chover, chuva que ficou muito forte perto da 23h. Depois, chegaram ventos do quadrante norte, com rajadas de 180km a 200km por hora, que acabaram de derrubar o que ainda estava de pé!

Deputados, eu nunca vi nada igual! Agora, dentro da intensidade do furacão Catarina, poderiam ter ocorrido muitas mortes, mas graças a Deus foram somente duas.

Sr. presidente, o sul ainda precisa de ajuda, porque muita coisa ainda não voltou ao normal oito anos depois. Por quê? Porque região nenhuma quer abrir mão de recursos em prol do sul, cada região quer a sua parcela de investimento e por isso as dificuldades são grandes.

Os municípios da nossa região ainda sofrem com os problemas na área da educação, porque várias quadras e ginásios de esporte ainda estão no chão, igualzinho como ficaram na passagem do furacão, e há escolas que não foram totalmente recuperadas.

Eu estive com o secretário da Educação e disse-lhe que precisava dar uma atenção especial aos municípios do sul e que as medidas a serem tomadas não poderiam ser paliativas, pois já passara o momento disso! A ação da secretaria precisaria ser diferenciada com vistas à recuperação da rede escolar.

Em função disso, precisamos trabalhar muito, buscar recursos também junto ao governo federal para que possamos ter tranquilidade, com todos produzindo, trabalhando, gerando emprego, renda e qualidade de vida para o povo. Essa é a nossa luta no Parlamento.

Não poderia deixar de registrar que já se passaram oito anos de muito sacrifício, de muita luta na região massacrada pelo furacão Catarina. Mas tivemos muita ajuda, inclusive do governador Roberto Requião, que na minha

concepção foi sempre um político de palavra, que na época sobrevoou a região de helicóptero e prometeu-nos enviar 100 mil telhas. Dois dias depois apenas, os caminhões de telhas já estavam na estrada. Que coisa linda quando uma pessoa cumpre o que promete, tem palavra!

Eu, em nome de toda a região sul, quero agradecer ao ex-governador do Paraná, Roberto Requião, que cumpriu o que prometeu ajudando-nos com telhas que na época cobriram muitas casas, muitas escolas que foram totalmente descobertas pela força do vento. Inclusive, houve casas que desapareceram, que foram arrancadas inteiras do chão!

Por isso, ficamos agradecidos, pois diante daquela catástrofe apenas tivemos duas mortes, apesar do vento ser tão forte a ponto de levantar até carros. Eu tinha uma *Pajero*, que é um carro pesado, e mesmo assim o vento levantava o carro. Não quero que ninguém passe por isso.

Agora temos passado por outros episódios com tornados. Há dez anos houve um tornado no município de Forquilha e há seis anos a situação se repetiu. Um ano depois, em um bairro de Criciúma, todas as casas foram destelhadas. E agora se repete em Forquilha e Nova Veneza, onde praticamente tudo foi destruído.

Então, a região sul, que é a região do nosso coração, uma região produtora e com grande potencial, vem sofrendo muito com essas variações climáticas.

Sei que o alto vale do Itajaí tem tido problemas também. Blumenau e Itajaí vêm sofrendo com as chuvas que ocasionam enchentes, que derrubam casas, que destroem avenidas, mas o sul também tem passado por situações difíceis, muito complicadas e que nos deixam muito preocupado.

Ainda que o governador Luiz Henrique da Silveira tenha aplicado muito na recuperação, hoje, Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira estão com um projeto arrojado para a construção de barragens para a proteção de cheias, a fim de que aquela área tão produtiva fique mais segura.

Então, acho importante pensarmos como um todo para defender os pontos críticos de Santa Catarina. Na verdade, essa situação não existe somente na região sul e no alto vale do Itajaí, mas também no oeste de Santa Catarina, senão de um jeito, de outro, ou seja, em função da prolongada estiagem que gera prejuízos violentos.

Isso também acontece lá no norte e nordeste do Brasil, mas a nossa preocupação maior é com Santa Catarina. É preciso, sim, que este Parlamento contribua com projetos importantes e fundamentais para proteger essas regiões que sofrem com as questões climáticas, a fim de que Santa Catarina possa produzir com segurança e tranquilidade.

Com a descentralização, Santa Catarina cresceu como um todo e diminuiu

a avalanche de pessoas que se deslocavam para os grandes centros atrás de emprego. Por isso tenho que dizer: obrigado, Luiz Henrique, por sua visão! Descentralizou o estado, planejou de forma que os pequenos municípios também crescessem e mantivessem seu povo lá. Tínhamos muitas solicitações de visto para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para Portugal atrás de emprego, e isso não acontece mais agora. Santa Catarina fez um projeto arrojado no governo passado e 17 mil empresas se instalaram aqui e hoje geram emprego, qualidade de vida e desenvolvimento.

Isso é fundamental para nosso estado, pois não estamos vendo mais essa avalanche de pessoas saindo. A nossa gente se prepara, estuda, busca tecnologia para expandir os investimentos no estado. Hoje mesmo, em Imbituba, há um programa da TVAL com um jovem empreendedor. É importante que se discuta essa questão para que Santa Catarina tenha novas alternativas e que nossos jovens se mantenham aqui com a sua competência para implantar, investir e gerar emprego.

Por isso, desloquei-me com uma equipe em nome do governo e fomos à Itália e à China, e hoje temos a honra de dizer que uma empresa italiana, que é a segunda maior do mundo em sua área, que é a construção de pontes, navios de cruzeiros e estádios para Copas do Mundo, está prontinha para se instalar em Santa Catarina. Ainda não está instalada em Tubarão porque não conseguiu viabilizar o terreno, o que conseguiu somente poderá ser transferido em 2028, mas ninguém investe R\$ 250 milhões, R\$ 300 milhões para receber e escriturar o terreno somente em 2028. Então, estamos procurando uma alternativa, pois já está decidido que essa empresa vai ficar em Santa Catarina, vai ficar no Brasil. Ficamos honrados porque valeu a pena a luta, o trabalho para trazer nova tecnologia para nosso estado.

O Brasil tem que modificar, tem que aprender uma lição. E com essa viagem que fizemos sabemos que essas grandes empresas ganham 9% ou 10% nas obras. Então, numa obra de R\$ 100 milhões, eles faturam R\$ 10 milhões. Aqui é totalmente diferente, só o aditivo custa 20%.

Então, o povo está cansado de pagar imposto e as obras demorem tanto. E por que as obras demoram assim? Porque só um aditivo custa 20%, enquanto que na Itália, na China são 10%. Quer dizer, essas empresas virão para o Brasil e vão ganhar as licitações e implantar um novo modelo de gestão no país, porque temos que zelar mais pelos recursos públicos para poder fazer mais gastando menos.

Neste Parlamento 20% dos deputados são do sul do estado, mas a nossa região continua com dificuldade, como continua a região serrana. Nós, os deputados do sul, temos trabalhado em conjunto, o projeto que é de um é de todos, para tentarmos reverter esse quadro e dar tranquilidade ao povo, fazer

com que a região cresça, pois ocupa um espaço muito importante no cenário estadual e nacional.

Por isso, temos que agradecer a todos os parlamentares do sul que empunharam uma só bandeira, que é a do desenvolvimento da nossa região. Eu, que sou o mais experiente nesta Casa, com mais mandatos, claro que fiquei feliz, porque juntos fizemos a diferença!

Então, tenho certeza de que vamos superar muitas dificuldades para ver o sul e o nosso estado crescerem, pois este é o compromisso que temos neste Parlamento, trabalhar, honrar a região, gerar emprego, gerar renda e qualidade de vida ao nosso povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, ontem, no final da tarde, o governador Raimundo Colombo, acompanhado do secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, estiveram na minha cidade, Itajaí, assinando um convênio para a construção de um anexo ao Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, cujo custo é de R\$ 45 milhões. No momento o governador acenou com um convênio preliminar de R\$ 12 milhões, sendo que também o município, o governo federal e a comunidade, principalmente os empresários, estão concludados a aderir, em virtude da magnitude da obra.

Pessoalmente, parabeneizei o governador e disse: "V.Exa. está tendo um ato importante do seu governo para o nosso estado, para a região da Amfri e para Itajaí".

O Hospital Marieta Konder Bornhausen cada vez mais se torna referência em nosso estado, pois atende em muitas áreas de alta complexidade. E foram mostradas para o governador as imagens do dia a dia do hospital, a superlotação do pronto-socorro, com pacientes, inclusive, nos corredores, com muitos pacientes em sala de observação que, na verdade, não estão em observação, estão internados em macas há vários dias, aguardando uma vaga.

Essa é a realidade! E essa realidade não é diferente pelo estado afora, aqui na Grande Florianópolis ou nos hospitais regionais de todo o nosso estado.

Eu dei os parabéns ao governador porque é importante que o governo tenha compromisso com investimentos. Nós precisamos de investimentos, especialmente na saúde: construir, ampliar, reformar. Essa obra, por exemplo, é um anexo de 14 andares, com 200 leitos, mais seis centros cirúrgicos! Um prédio moderno, que vai melhor acomodar os vários serviços do hospital.

Eu disse ao governador que a realidade que estava vendo, através das imagens mostradas pela direção do hospital, que preparou um belo relatório e fez uma excelente apresentação de todo o funcionamento hospitalar, evidenciava que aquele nosocômio estava no limite máximo da sua capacidade, na verdade já não estava dando conta da demanda, e por isso necessita dos outros hospitais satélites que há região, pois temos que pensar a saúde de forma regional.

Portanto, é importante o pequeno hospital de Itapema; é importante o pequeno hospital de Camboriú; são importantes os dois hospitais de Balneário Camboriú, o Ruth Cardoso e o Santa Inês, aos quais me tenho referido desta tribuna; é importante o pequeno hospital de Navegantes; o pequeno hospital da Penha; o pequeno hospital de Luis Alves.

Estou-me referindo aos municípios que compõem a Amfri, Associação dos Municípios da Foz de Itajaí. E se esses pequenos hospitais em volta não estiverem bem, dando conta de sua parte, isso se reflete no grande Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. que já não dá conta mesmo quando esses hospitais atendem regularmente.

Por isso, sr. governador, reitero a v.exa. a compreensão dessa questão, porque além dos investimentos também há o custeio, porque por trás de qualquer investimento vem o custeio. Assim, futuramente esse anexo, esse novo hospital que vai ser construído, esse complexo chamado Madre Teresa, exigirá mais recursos de custeio.

No ano passado, em agosto mais precisamente, o deputado Dado Cherem e eu acompanhamos uma comitiva do hospital ao governador e ao secretário de Saúde. O Hospital Marieta Konder Bornhausen é um dos poucos hospitais do estado que já recebe verba de custeio, deputado Serafim Venzon, no valor de R\$ 250 mil por mês, o que é insuficiente. A direção queria mais R\$ 750 mil, totalizando R\$ 1 milhão/mês. O governador liberou R\$ 2 milhões no período de setembro a dezembro do ano passado, ou seja, R\$ 500 mil por mês. Só que quando chegou o mês de janeiro, voltou tudo como dantes, ou seja, a verba repassada voltou aos R\$ 250 mil mensais.

Sr. governador, está claro, evidente pela complexidade daquele hospital que ele precisa de um valor de custeio maior R\$ 250 mil, no mínimo, R\$ 500 mil!

Sr. governador, ficou evidenciada também a importância que o senhor deve dar, juntamente com seu secretário estadual da Saúde, para Balneário Camboriú, para o Hospital Ruth Cardoso e para o Hospital Santa Inês, porque o município está arcando sozinho com uma conta de R\$ 1,7 milhão por mês, enquanto entram apenas R\$ 600 mil pelo SUS.

Portanto, o prefeito banca sozinho R\$ 1,1 milhão por mês, o que é muito dinheiro para uma prefeitura. Vai

faltar dinheiro para a atenção básica, para a saúde da família e vai refletir-se, pior ainda, nos hospitais.

O Hospital Santa Inês, que tem história, que tem tradição, embora seja de um grupo privado, sempre foi conveniado com o SUS. Portanto, ele tem uma face pública e estou a pedir apoio para essa face pública, porque esse hospital poderá atender a 60%, 70% ou 80%.

No final dessa reunião, tanto o secretário como o governador deram explicações sobre a impossibilidade de o estado entrar no custeio dos hospitais. Eu acho que essa não pode ser uma posição definitiva, tem que ser revista. Na quarta-feira da semana que vem, nesta Casa, estaremos realizando uma audiência pública para, pela primeira vez, discutir o custeio dos hospitais de Santa Catarina que atendem pelo SUS, porque num período de tempo breve precisamos ter propostas concretas. É muito fácil governar dizendo não, o mais difícil é dizer sim. Que se coloque uma vírgula depois do sim, mas que se diga sim. Sim, vírgula, vamos ver critérios, buscar as condições.

Eu mesmo entrei com um projeto nesta Casa propondo que o estado coloque 12% sobre os recursos que compõem o Fundo Social, os fundos do Seitec e do Fadesc, formado pelos recebíveis do Prodec. Pelos nossos cálculos, o estado pode ter mais R\$ 10 milhões para a Saúde e poderá, então, constituir um fundo para ajudar no custeio dos hospitais. Assim como no ano passado o governo encaminhou para esta Casa o Revigorar 3, que alocou R\$ 220 milhões extraordinários para a Saúde, que reedite o Revigorar ou projetos assemelhados, para obter recursos extraordinários para a Saúde. Se o governador pretende cumprir a sua palavra de que a saúde é a prioridade das prioridades e que as pessoas estão em primeiro lugar, ele tem que fazer isso!

Por isso, ontem estive com o presidente da Associação Médica Brasileira que, por coincidência, participava de um Congresso de Entidades Médicas Ibero-Americanas, em Florianópolis. A AMB está à frente de um grande movimento nacional em prol de um projeto de lei de iniciativa popular e quer colher mais de R\$ 1,4 milhão de assinaturas em todo o país, a fim de recolocar na pauta do Congresso Nacional o debate sobre o financiamento da saúde, pois a união deve alocar, no mínimo, 10% de sua receita corrente líquida nessa área.

Mas enquanto fazemos esse movimento nacional, que tem que ser forte e vigoroso, para convencer o governo federal definitivamente e buscar os bilhões que faltam para a saúde, enquanto o governo ainda vai implementar seus programas - a rede de urgência e emergência, a rede cegonha, a rede psicossocial, que vão demorar um tempo para ser implementadas, pois agora é que está começando na Grande Florianópolis a rede de urgência e emergência, o governo do estado não pode ficar de costas, tem que encontrar alternativas para colocar mais dinheiro na saúde.

Por isso, hoje à tarde vou estar com dom Wilson Tadeu Jönck, o arcebispo metropolitano, porque a CNBB também está-se engajando firmemente nessa grande campanha nacional que estamos encampando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinos ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, que preside esta sessão, demais colegas deputados e deputadas, imprensa que acompanha o nosso trabalho, primeiramente quero fazer um comentário acerca do brilhante discurso do deputado Volnei Morastoni, que mais uma vez fala de um dos grandes problemas sociais, que é a questão da saúde, o atendimento à população, o funcionamento dos hospitais, os recursos, pois s.exa. tem experiência tanto profissional como política e conhece bem o setor.

Concordamos com tudo aquilo que o deputado Volnei Morastoni colocou, mas todos falam no problema do repasse das obrigações aos municípios e aos estados e aí entra mais uma vez a questão do pacto federativo brasileiro. A concentração de recursos na mão do governo federal é absurda e até que esses recursos cheguem à base, ou seja, aos estados e municípios, decorre longo tempo em função da burocracia. Mas as coisas acontecem no âmbito dos municípios e dos estados e em Brasília muito pouco as pessoas se sensibilizam para isso.

Mas acredito que temos que fazer coro e quero solidarizar-me com seu pronunciamento, porque sabemos que esse é um dos grandes problemas nacionais.

Srs. deputados, o assunto que desejo abordar nesta manhã é informar todos sobre a instalação, na segunda-feira próxima passada, da comissão criada em função do decreto legislativo aqui aprovado, que vai decidir sobre a alteração ou manutenção do Hino de Santa Catarina.

Esse assunto já foi debatido neste plenário, mas nos últimos dias alcançou grande destaque na mídia catarinense, nos principais veículos de comunicação, mas também naqueles lá da base, que circulam nos pequenos municípios, todos discutindo se é importante a Assembleia se preocupar com essa questão. Esse é um dos questionamentos e a ele tenho dito que acho que é um tema importante, sim!

Primeiramente, o hino é um dos símbolos do estado - isso está previsto tanto na Constituição Federal como na Estadual. O hino, no meu ponto de vista, também faz parte da cidadania cultural e

até educacional. É muito mais abrangente do que apenas uma música, uma letra, porque ele tem que expressar o sentimento de unidade, de valorização e até de patriotismo para sua gente.

No caso específico do Hino de Santa Catarina, tenho dito em todos os momentos que respeito tanto ao autor da música como da letra, que escreveram a melodia, a letra e a poesia num contexto histórico específico, o da abolição da escravatura e da instalação da República. São fatos marcantes e importantes, mas são temas nacionais, não são temas regionais. E nós observamos em todos os hinos que eles estão vinculados a temas locais, regionais.

Então, esse debate é importante. Se optarmos pela manutenção do atual hino, e há uma corrente que defende isso, teremos que adotar medidas urgentes para popularizá-lo, através das nossas escolas, das solenidades públicas e de tantos outros mecanismos que a comissão deverá apontar, para que não se despreste um dos símbolos da nossa cidadania, pois o que se observa é que nas solenidades quase ninguém sabe cantar o nosso hino, a maioria fica muda, sem valorizar um símbolo cívico.

Todavia, se optarmos pela mudança, se essa comissão assim decidir, um novo concurso público será aberto a todos os poetas, a todos os músicos para criarem um novo hino para Santa Catarina.

Essa comissão é composta por oito membros, personalidades com currículos invejáveis na área da música, da poesia. A Assembleia Legislativa indicou o maestro Jeferson Della Roca, de quem todos conhecem o trabalho que faz na orquestra que dirige neste estado; o compositor e pianista Alberto Andrés Heller, internacionalmente conhecido; e o músico da nova geração Luiz Meira, que hoje é, sem dúvida, o catarinense mais requisitado para acompanhar grandes cantores e músicos brasileiros.

O governo do estado, através da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, convocou Edna De Marco, que tem um largo currículo na área de música e letras; Ivan Schmidt Filho, da Fundação Catarinense de Cultura, também músico profissional com uma história vinculada à música; Jairo Barbosa, do Conselho Estadual de Cultura, filho do poeta e compositor Zininho, que escreveu *Rancho de Amor à Ilha*, hoje hino de Florianópolis; o professor Artêmio Zanon, historiador, e Valberto Dirksen, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, com um currículo invejável.

Essa comissão tem um prazo de 90 dias para decidir sobre a mudança ou manutenção do Hino de Santa Catarina. Tenho o sentimento pessoal de que essa comissão fará um bom trabalho, que entrará para a história de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputado do PTB que queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0061/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e Projeto de Lei n. 0023/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0379/2008, de entidade social.

Também comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0621/2012 e 0624/2012.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0002/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0042/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dá nova redação ao § 9º do art. 3º da Lei n. 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0094/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que altera a Lei n. 4.756, de 1972, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa 3 de Maio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários conforme determina o art. 206, do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0123/2012 e 0125/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0276/2012, de autoria da deputada Luciane

Carminatti; 0277/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0278/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

A Presidência retirou da pauta a Moção n. 0009/2012, pela ausência do seu autor, o deputado Antônio Aguiar.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados e sras. deputadas, não quis apartear o deputado Volnei Morastoni por ocasião do seu pronunciamento no horário reservado aos Partidos Políticos para permitir que terminasse a sua exposição. Mas quero parabenizá-lo, pois como presidente da comissão de Saúde tem capitaneado um conjunto de ações nesta Casa, no sentido de melhorar e dar suporte político às decisões do governo do estado, justamente para que se possa melhorar o atendimento médico e dar um tratamento adequado aos pacientes, gerando o contentamento da população.

Nós precisamos admitir que existe muita coisa a ser feita, apesar de tudo aquilo que já se faz. A Saúde mudou muito, e para melhor. Tivemos, nos últimos seis anos, grandes mudanças levadas a efeito pelo deputado Dado Cherem, que foi um extraordinário secretário da Saúde. Agora temos o secretário Dalmo Claro de Oliveira, com uma larga experiência em administração na área, pois foi presidente nacional da Unimed e sabe como lidar com essas questões, com os profissionais de saúde, desde os atendentes de enfermagem até os mais renomados médicos.

Mas precisamos e podemos fazer algumas ações para melhorar o atendimento e principalmente diminuir a necessidade de deslocamento das pessoas. Existem inúmeras cidades, como Criciúma, Joinville, Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Lages, Joaçaba, Curitibaanos, Chapecó e São Miguel do Oeste que são referência de serviços. Então, acorrem para essas cidades pacientes principalmente das cidades mais próximas. Existe um fluxo muito grande de pessoas que vêm à capital justamente porque nas cidades do interior, mesmo havendo esses serviços de referência, não se consegue resolver o problema.

Na semana passada estive em uma audiência informal, digamos assim, com o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, fazendo uma análise sobre a PEC n. 29, porque na verdade ela ainda não foi bem interpretada. A obrigatoriedade de o município investir 15% já existe; a obrigatoriedade de o estado investir 12% também já existe. Quem paga todas as AIHs é o governo federal, apenas não está descrito qual é o montante que deve investir. Se forem 10%, seria um valor maior do que está aplicando.

No meu entendimento, recurso federal, recurso do estado e recurso do município, hoje, na prática, são coisas isoladas. O paciente é apenas um, aquele que está acamado no hospital, doente em casa, com dificuldade de acesso, que está internado. Esse é o paciente! Mas os recursos são três coisas independentes. No meu entendimento teríamos que ter um grande fundo, um fundo estadual da saúde para abarcar os recursos do estado, da união e dos municípios e desse fundo recolheríamos toda a ação da saúde, que seria coordenada pelo estado. Naturalmente, essa grande ação vai acontecer nos municípios, com a estrutura que os municípios têm.

A Proposta de Emenda Constitucional n. 29 prevê exatamente que esses percentuais de recursos sejam todos destinados à Saúde, sob a mesma coordenação. Hoje eles estão isolados, o município gasta 15%, como é exigido por lei, do jeito que achar melhor. Vai fazendo posto de saúde, vai fazendo exames, enfim, é obrigado a gastar os 15%, mas quem paga a internação hospitalar é o governo federal. Então, o município entende que não pode fazer nada por isso.

Eu particularmente estive no ministério da Saúde buscando suporte legal. E a lei permite, sim, que os governos municipal e estadual façam a complementação dos honorários médicos e hospitalares, ou seja, que melhorem o pagamento para que os honorários profissionais sejam mais atraentes. Existem inúmeros procedimentos, como a cirurgia de hérnia, em que se paga para o profissional R\$ 120,00. Disso se descontam 30% para o Imposto de Renda

e sobram R\$ 80,00. Descontam-se mais 20% de INSS e sobram R\$ 60,00. E o profissional está assumindo uma grande responsabilidade pelo resultado daquele procedimento, porque o paciente está sob os seus préstimos.

Também deveríamos repassar os recursos para os hospitais para que consigam manter-se. Os governos estaduais e municipais devem destinar recursos para os hospitais para que possam melhorar sua situação financeira no momento da realização do procedimento. E nesse recurso deve estar previsto o custo dos hospitais, dos laboratórios e de todos os profissionais, da área de enfermagem até a área médica.

Eu vejo que essa seria a melhor alternativa, pois não se precisaria fiscalizar. O hospital, tendo mais recursos, tomaria as providências no sentido de melhorar os equipamentos e as acomodações.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Parabéns pelo seu pronunciamento sobre a saúde, sobre a situação do financiamento dos hospitais. Se o governo entende que realmente não deve utilizar a palavra custeio, uma alternativa muito simples é essa complementação da tabela do SUS dos procedimentos que são executados. A partir dos procedimentos mais simples, de média complexidade, de baixa complexidade; da consulta aos exames, aos próprios honorários médicos, pode-se ir complementando os procedimentos da tabela do SUS. É uma forma de a instituição utilizar esses recursos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Inclusive essa é uma maneira de estimular tanto os hospitais quanto os profissionais a realizarem mais procedimentos e, quem sabe, gastar essa fila que é longa, porque mesmo depois do mutirão que o governo está fazendo ainda é longa a fila.

O deputado Volnei Morastoni, como presidente da comissão de Saúde, na próxima semana discutirá a questão do custeio de mais de 200 hospitais que são colaboradores no atendimento público, hospitais filantrópicos que atendem à necessidade pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a participação e o trabalho dos funcionários da Casa que atuaram no plenário, dos policiais militares que nos deram a devida segurança, do pessoal da TVAL que atuou durante todo o tempo, do pessoal do som, das assessoras que trabalharam na Mesa Diretora ajudando-nos.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem 175 anos da secretaria de estado da Fazenda.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 009ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2012, ÀS 19 HORAS

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS ESTADUAIS PELA

PASSAGEM DOS 175 ANOS DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO

DA FAZENDA

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO GILMAR KNAESEL

SUMÁRIO

SECRETÁRIO RENATO HINNIG - Enfatiza a importância do trabalho dos fazendários para o desenvolvimento do estado catarinense.

EDSON MURILO PRAZERES - Salieta que a obra comemorativa aos 175 anos da secretaria da Fazenda resgata sua história e valoriza a atividade dos funcionários.

SECRETÁRIO NELSON ANTÔNIO SERPA - Agradece a homenagem e enaltece o trabalho dos servidores ativos e inativos que já deram sua contribuição para a SEF.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Ressalta que ao longo de sua trajetória, a secretaria da Fazenda vem conquistando credibilidade,

fortalecendo suas atividades e principalmente contribuindo positivamente para o desenvolvimento de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Nelson Antônio Serpa, secretário de estado da Fazenda, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Renato Hinnig, secretário de estado do

Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Lindolfo Weber, corregedor da secretaria de estado da Fazenda;

(Palmas)

Senhor Edson Murilo Prazeres, representando todos os servidores, especialmente a comissão organizadora.

(Palmas)

Prezadas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste

deputado, em parceria com o deputado Aldo Schneider, aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares desta Casa, em homenagem aos servidores fazendários estaduais pela passagem dos 175 anos da criação da secretaria da Fazenda.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Quero, neste primeiro momento, agradecer a honrosa presença de todos e dizer que a propositura desta sessão especial contou com a parceria do deputado Aldo Schneider e também com o apoio do deputado Renato Hinnig, que não está neste momento no Parlamento, mas sempre apoiou todas as iniciativas conduzidas por mim e pelo deputado Aldo Schneider.

Da mesma forma, quero dizer que a sessão especial é uma forma de o Parlamento, de a Assembleia Legislativa homenagear algum momento especial, alguma instituição e até pessoas físicas.

Ao longo dos últimos anos tem-se intensificado a realização de sessões especiais nesta Casa. Esta sessão especial ficou marcada para a noite de hoje, dia 29, mas o nosso intuito era que tivesse sido realizada no dia 21 de março ou, quem sabe, próximo a essa data. Infelizmente, devido a uma agenda muito intensa de sessões especiais e solenes, só conseguimos realizá-la no dia de hoje.

Quero também justificar a ausência do deputado Aldo Schneider, que me pediu muito que deixasse aqui registrado que, infelizmente, em razão de uma agenda que não estava prevista na sua região eleitoral, mas que era importante, teve que fazer, neste momento, uma opção de estar aqui ou na sua região defendendo também os interesses legítimos como parlamentar. Mas deixou o seu abraço e a sua parceria como servidor e como deputado estadual.

Neste momento, gostaria de convidar o tenente-coronel Osvaldo Costa Filho para fazer parte da mesa, neste ato representando o coronel Nazareno Marceneiro, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Palmas)

Gostaria de fazer o registro da presença das seguintes autoridades:

Senhor João Rufino de Sales, presidente do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina;

Senhor Ricardo Bonifácio, vice-presidente de Tecnologia do Centro de Informática e Automação de Santa Catarina;

Senhor André Pinheiro de Oliveira, presidente do Sindicato dos Auditores Internos do Poder Executivo;

Senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade-Geral da secretaria de estado da Fazenda;

Senhor Ricardo Bonifácio - vice-presidente de Tecnologia do Centro de Informática e Automação de Santa Catarina - Ciasc;

Senhor Hiram Aparecido Simões, superintendente regional, neste ato representando o sr. Reinaldo Casufumi - superintendente estadual do Banco do Brasil.

Convido, neste momento, para fazer uso palavra o sr. deputado Renato Hinnig, secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

O SR. SECRETÁRIO RENATO HINNIG - Gostaria de cumprimentar os telespectadores da TVAL; os ouvintes da Rádio AleSC Digital; o sr. deputado Gilmar Knaesel, que está presidindo a sessão e que é um dos autores do requerimento que solicitou a realização da mesma; o deputado Aldo Schneider; o secretário de estado da Fazenda, sr. Nelson Serpa, neste ato representando o governador Raimundo Colombo; o sr. Lindolfo Weber, corregedor da secretaria da Fazenda; o sr. Edson Prazeres, representando os servidores da Fazenda; o tenente-coronel, sr. Osvaldo Costa Filho, neste ato representando o sr. Nazareno Marceneiro, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina; os colegas fazendários e as demais autoridades já nominadas.

Registro a minha alegria de poder participar deste ato tão importante em que a secretaria da Fazenda comemora os seus 175 anos de história. Uma história bonita, registrada agora num livro contando os principais fatos de toda essa trajetória em que também me sinto inserido por ser servidor da secretaria da Fazenda há 28 anos.

Por coincidência, ingressei na secretaria da Fazenda quando tinha 28 anos e lembro-me muito bem, quando fui aprovado no concurso, da grande alegria que senti de poder fazer parte dos quadros fazendários.

O colega Gilberto Saavedra, que está aqui, estudou comigo para o concurso e comemoramos juntos a aprovação. De lá para cá vimos acompanhando de perto o trabalho competente e sério que é realizado pela secretaria da Fazenda e seus servidores.

Na secretaria da Fazenda não se faz simplesmente um trabalho. A secretaria da Fazenda forma cidadãos, forma pessoas, forma técnicos e forma políticos, porque a cada legislatura que se apresenta temos aqui representantes daquela pasta.

Eu tenho muito orgulho de estar aqui na segunda legislatura como parlamentar representante da secretaria da Fazenda, assim como o deputado Gilmar Knaesel, que já se encontra na sexta legislatura, e o deputado Aldo Schneider, que está na sua primeira legislatura. Mas tivemos muitos outros colegas que já passaram por este Parlamento engrandecendo o nome de Santa Catarina, principalmente o nome da secretaria da Fazenda e dos seus funcionários.

Dr. Serpa, por certo é também para v.exa. um privilégio bastante grande estar hoje na condição de secretário da Fazenda, tendo a grande responsabilidade de gerir os recursos financeiros do estado. Essa é, sem dúvida nenhuma, a área mais nervosa e central do governo, porque nada se faz sem recursos financeiros. E v.exa., por certo, sente muito orgulho do quadro funcional da

secretaria da Fazenda, que é altamente competentes.

Por isso nós nos orgulhamos de pertencer a esta Casa e àquele quadro de servidores. Em todos os encontros em que tivemos a oportunidade de participar ainda como servidor da Fazenda, em alguns momentos também ocupando funções diretivas, como diretor da Administração Tributária, como secretário adjunto da Fazenda e como secretário da Fazenda por alguns dias; em todos os encontros que participamos no Brasil, Santa Catarina sempre despertou uma pontinha de inveja dos demais estados pela forma como os assuntos são tratados, pela forma como são conduzidos os destinos financeiros do estado.

Não é a toa que Santa Catarina é reconhecido no Brasil inteiro como um estado bem organizado, em que as finanças estão em ordem e as coisas acontecem de forma adequada e é, sem dúvida nenhuma, entre todos os estados brasileiros, o que tem a melhor qualidade de vida.

Isso se deve ao trabalho competente de todo o quadro funcional da secretaria da Fazenda, pois tudo isso somente foi possível porque houve recursos para os investimentos necessários, para a melhoria da qualidade de vida de todos os catarinenses.

Santa Catarina é, entre todos os estados, aquele que apresenta os melhores índices na educação, na segurança pública, na saúde. Não estou dizendo que não temos problemas, temos e sempre teremos, afinal de contas, as demandas são sempre muito maiores do que a capacidade que o estado tem de investir, mas se temos os melhores índices entre os demais é porque tivemos recursos disponíveis, os quais são fruto do trabalho de cada um dos servidores da secretaria da Fazenda.

Portanto, meus amigos, o momento é oportuno para comemorar e dizer a todos os colegas fazendários o meu muito obrigado pelas oportunidades que tive, o meu muito obrigado por tudo o que fizeram por Santa Catarina.

Como parlamentar, tenho que fazer esse reconhecimento pelo brilhante e exitoso trabalho que é realizado por toda a equipe da secretaria da Fazenda, agora de forma muito competente sendo conduzida pelo dr. Nelson Serpa, que é nosso amigo, uma pessoa de bem, que tem firmeza de propósitos e que, com certeza, vai dirigir muito bem os destinos daquela pasta.

Muito obrigado, um forte abraço e que Deus continue abençoando a secretaria da Fazenda e os seus servidores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Como uma forma de a Assembleia Legislativa reconhecer o trabalho de todos os servidores fazendários ao longo dessa história de 175 anos, iremos entregar às instituições que representam os servidores, associações e sindicatos que compõem a nossa estrutura, uma placa comemorativa.

Para tanto, convido a mestre-de-cerimônias Juliana Gonçalves Rocha para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Juliana Gonçalves Rocha) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem aos servidores da secretaria de estado da Fazenda de Santa Catarina, pela passagem dos 175 anos da pasta, promovendo políticas tributárias justas, atuando de forma ética e transparente para a valorização de suas atividades de arrecadar e controlar a aplicação dos recursos públicos, visando ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Gilmar Knaesel para fazer a entrega da homenagem ao sr. Nelson Antônio Serpa, neste ato representando os servidores da secretaria da Fazenda.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na sequência, o Poder Legislativo presta uma homenagem às associações e aos sindicatos, legítimos representantes de todas as categorias funcionais.

Convido o sr. deputado Gilmar Knaesel e o sr. Secretário Renato Hinnig, para procederem à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Cidemar José Dutra, neste ato representando a Associação dos Funcionários Fiscais de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Lauro Bandeira, neste ato representando a Associação dos Funcionários do Tesouro do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Mário Luiz Pereira, neste ato representando a Associação dos Representantes da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adriano de Souza Pereira, neste ato representando a Associação dos Servidores do Controle Interno de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Links Siqueira, neste ato representando a Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcelo Inocêncio Pereira, neste ato representando o Sindicato dos Contadores da Fazenda Estadual de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Pedro Dimas Tadeu Torretti, neste ato representando o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Nazareno Juttel, neste ato representando o Sindicato dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. André Pinheiro de Oliveira, neste ato representando o Sindicato dos Auditores Internos do Poder Executivo de Santa Catarina

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Carlos Riu de Azambuja, neste ato representando o Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome dos servidores da secretaria de estado da Fazenda, o sr. Edson Murilo Prazeres.

O SR. EDSON MURILO PRAZERES - (Passa a ler.)

"Excelentíssimo sr. secretário da Fazenda, dr. Nelson Serpa; excelentíssimo sr. deputado estadual Gilmar Knaesel, presidente desta sessão especial, e em seu nome aproveito para saudar os demais deputados e autoridades presentes; senhoras e senhores; colegas fazendários.

Em primeiro lugar, quero agradecer pela minha indicação para representar todos os servidores da secretaria do estado da Fazenda nesta sessão especial. Para mim é um orgulho e uma imensa satisfação.

Na noite de hoje esta Casa homenageia os servidores públicos do estado de Santa Catarina que prestaram ou prestam serviço na secretaria de estado da Fazenda.

Como já disse, sinto-me orgulhoso de estar aqui nesta noite representando os 1.255 servidores em atividade e os 2.269 servidores que já deram a sua parcela de contribuição para o crescimento da nossa instituição, assim como para o desenvolvimento de Santa Catarina.

O dia 21 de março poderá tornar-se oficialmente a nossa data festiva, pois o Projeto de Lei n. 0052, de 2012, de autoria dos deputados fazendários Gilmar Knaesel e Aldo Schneider, foi aprovado no dia 14 de março último, sugerindo estabelecer o dia 21 de março como Dia Estadual do Servidor Fazendário.

Srs. deputados, senhoras e senhores, colegas fazendários, tornar o dia

21 de março uma data comemorativa não é um preciosismo, mas, sim, o reconhecimento àqueles que contribuíram para o progresso e a modernização dos sistemas de cobranças de impostos, num maior controle dos gastos públicos, num programa de educação fiscal ativo, na relação mais amistosa entre contribuintes e o fisco e, por consequência, na aproximação com a sociedade catarinense, a quem devemos responder por nossos atos, buscando sempre o equilíbrio entre a nossa despesa de acordo com a nossa receita e com justiça nos limites da lei, como um pai de família, porque assim é a secretaria da Fazenda, uma família.

Srs. deputados, assim como a família, devemos também prezar pela amizade, fundamental entre os entes. E a nossa amizade, Fazenda e Assembleia, tem o seu marco inicial quando o presidente da província, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, envia uma mensagem à Assembleia Provincial, na abertura da 2ª Sessão da 1ª Legislatura Provincial, acontecida em 5 de abril de 1836. Naquela mensagem, o presidente Cavalcanti solicita aos deputados provinciais a criação de uma repartição fazendária e comenta: 'Seria portanto bem empregada à despesa que decretássemos para ser criada uma Repartição de Fazenda Provincial desligada inteiramente da Geral, montada, todavia, com a economia que a escassez das rendas exige'.

A solicitação do presidente Cavalcanti torna-se realidade durante a presidência de José Joaquim Machado de Oliveira, no ano seguinte, através da Lei n. 56, de 21 de março de 1837, com a criação da Provedoria da Província de Santa Catarina.

Com a criação da Provedoria da Província as rendas provinciais saltaram de dezesseis contos trezentos e setenta e um cruzeiros e setecentos e três réis para vinte e um contos quinhentos e vinte e três cruzeiros e trezentos e cinquenta e seis réis, festejada pelo presidente João Carlos Pardal, em março de 1838.

O tempo passou, o mundo passou por transformações, guerras, crises econômicas, mas a secretaria da Fazenda também acompanhou toda essa evolução tecnológica, modernizou-se, até que em janeiro de 2012 alcançou a marca histórica de R\$ 1,414 bilhão em sua arrecadação, igualmente festejada.

Então, srs. deputados, toda essa história transformou-se em um livro que tem como título *Da Provedoria da Província à Secretaria de Estado da Fazenda*, que conta a trajetória da Fazenda nesses seus 175 anos de sua criação, sendo esse o início do trabalho de resgate da memória da história da secretaria de estado da Fazenda que esta Casa ajudou a construir, e que teremos a honra de presenteá-los dentro em breve.

A história fazendária, srs. deputados, somente nos foi possível escrevê-la graças às nossas instituições de preservação da memória, como Arquivo Público, Fundação Catarinense de Cultura e Biblioteca Pública de Santa Catarina, às quais novamente rendo as minhas homenagens.

Em nosso evento, no último dia 21, apresentei uma frase que resgatei numa

publicação do Arquivo Público, atribuída a Milan Kundera, que traduz o meu medo em relação à memória em nosso estado, que diz: 'A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento'.

Assim, srs. deputados, como um interessado pela rica história de Santa Catarina, peço-lhes que não permitam que o nosso passado fique guardado em caixas dentro de armários trancafiados, sendo corroídos pelo tempo, mas, sim, devemos difundir-lo. Peço-lhes uma atenção especial na viabilização de projetos de resgate e de preservação da memória, e sempre lembrar que um povo sem memória é um povo sem futuro.

Colegas fazendários, naquele dia 21 de março último eu lhes disse que ali não seria o fim de nossa história, que a partir daquele dia começaríamos a escrever um novo capítulo. Pois bem, viramos aquela página e hoje estamos aqui escrevendo mais um trecho.

Srs. deputados, em nome de todos os servidores fazendários, agradeço pelo carinho expresso à secretaria de estado da Fazenda na realização desta sessão especial. Saibam os senhores que todos os servidores da secretaria de estado da Fazenda sentem-se orgulhosos por esta homenagem."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Quero agradecer ao servidor Edson Murilo Prazeres, historiador e também escritor, pelo grande trabalho de pesquisa que realizou, oferecendo-nos este livro como parte das comemorações dos 175 anos de criação da secretaria da Fazenda.

Dando continuidade à sessão, neste momento passo a palavra, com muita honra, ao dr. Nelson Antônio Serpa, secretário de estado da Fazenda e também, neste ato, representando o sr. governador João Raimundo Colombo.

O SR. NELSON ANTÔNIO SERPA - Excelentíssimo sr. deputado Gilmar Knaesel, que preside esta sessão especial; excelentíssimo sr. deputado no exercício, hoje, da secretaria Regional da Grande Florianópolis, Renato Hinnig; demais autoridades presentes que compõem a mesa; colegas colaboradores, servidores da secretaria de estado da Fazenda de Santa Catarina; senhores e senhoras presentes a esta sessão.

Em primeiro lugar, deputado Gilmar Knaesel, queremos agradecer a iniciativa de v.exa. e do deputado Aldo Schneider, apoiada pelo nosso deputado Renato Hinnig, para que esta justa homenagem aos servidores da Fazenda do estado de Santa Catarina pudesse ser realizada, trazendo aqui as várias entidades representativas dos nossos servidores e colaboradores.

Quero trazer o abraço e a saudação do nosso governador João Raimundo Colombo que, em razão de outros compromissos, não pôde estar presente.

Para nós é um orgulho e uma satisfação muito grandes poder nesta data conduzir, com o apoio e com a colaboração

de todos os nossos servidores, a secretaria de estado da Fazenda, a administração financeira do estado de Santa Catarina.

Esses 175 anos que se comemora neste mês de março devem servir para uma profunda reflexão sobre os avanços que a nossa secretaria, que o nosso estado conquistou e conseguiu graças à dedicação e ao trabalho de todos que militaram e militam na área mais sensível da administração pública de Santa Catarina e a quem cabe a responsabilidade de buscar os recursos necessários ao financiamento das ações do governo destinados a atender às demandas da população de Santa Catarina.

Temos um estado com nível de desenvolvimento econômico, político e social que hoje ostentamos muito, e isso se deve ao grau de profissionalismo com que os servidores dessa área sensível do coração do governo, do coração do estado, desenvolveram as suas atividades, sempre com espírito público, com comprometimento com os objetivos e com os interesses maiores de Santa Catarina.

Serve para refletir, repito, sobre a trajetória que percorremos até agora, para reconhecer o trabalho dedicado de todos, mas serve também para pensar e programar o futuro porque a cada dia que passa as responsabilidades que pesam sobre os nossos servidores, sobre as nossas atividades, são maiores porque as demandas da sociedade vêm sempre crescendo e temos que estar à altura dos desafios que temos pela frente. Por isso, a secretaria tem-se modernizado utilizando as ferramentas mais modernas a serviço do aperfeiçoamento das atividades e da melhoria das ações que desenvolvemos.

Edson, muito obrigado pelo trabalho que você tem feito, pela dedicação ao resgate da melhoria da secretaria que certamente está contribuindo e contribuirá muito para que possamos continuar escrevendo páginas importantes da história de Santa Catarina.

Quando o então presidente da província propôs, na Assembleia Provincial, a criação de uma repartição fazendária, na fundamentação da sua proposição, ele disse, referindo-se ao ato que participava: "Este ato significa e requer, afirmando que os recursos seriam bem empregados, bem empregadas as despesas para ser criada uma repartição fazendária provincial desligada inteiramente da geral montada, todavia com a economia que a escassez das rendas exige."

Dessa afirmação podemos fazer duas reflexões. Primeiramente, que os recursos que fossem utilizados para a criação desse órgão seriam sempre bem justificados, porque se vivia uma escassez de recursos. Então, procurar-se-ia com isso buscar recursos, mas sempre fundamentados nessa escassez. E vejam que são 175 anos, e hoje, apesar do crescimento das receitas, ainda vivemos com escassez de recursos, sempre as demandas são superiores aos recursos que temos à disposição, aqueles recursos que a Fazenda trabalha para alocar aos programas de governo.

E o que observamos, em segundo lugar, é que todos os recursos que forem

utilizados para a valorização do trabalho dos servidores da Fazenda para aperfeiçoar as nossas atividades, sempre serão bem empregados, porque eles trarão reflexos e consequências positivas nas ações que o governo deve e tem que realizar para atender às demandas sociais.

Parabéns a todos os nossos colaboradores!

Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel!

Que Deus nos proteja e ajude-nos a desenvolver bem as nossas tarefas e a enfrentar sempre com ética e dedicação os desafios que temos pela frente.

Muito obrigado, um fraterno e cordial abraço aos senhores e às senhoras!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Quero, em nome desta Assembleia Legislativa, agradecer as palavras do dr. Nelson Antônio Serpa. Estava dizendo que ele não fez um discurso, mas uma aula magna e quero mais uma vez cumprimentá-lo como amigo e reconhecer que a história, às vezes, acontece sem querer. Tenho certeza que não era o seu projeto, não estava nos seus planos ser secretário da Fazenda neste momento, mas a história assim o quis.

Tenho certeza de que todos nós, servidores, estamos contentes e felizes que na passagem dos 175 anos v.exa. esteja como secretário da Fazenda.

Exmo. sr. Nelson Serpa, secretário do estado da Fazenda, neste ato representando o governador Raimundo Colombo; exmo. sr. deputado, Renato Hinnig, secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; exmo. sr. Lindolfo Weber, corregedor da secretaria da Fazenda; exmo. colega fazendário Edson Prazeres, que neste ato representa toda a comissão organizadora dos 175 anos. Meus cumprimentos a todos.

(Passa a ler.)

"Gostaria de iniciar as minhas palavras citando algumas do marquês de Maricá. Esse nome, na verdade, é o pseudônimo do escritor, filósofo e político brasileiro Mariano José Pereira da Fonseca, conselheiro do estado e senador do Império do Brasil, que foi ministro da Fazenda, portanto, um autêntico fazendário imperial.

Como filósofo, Maricá disse que 'Há homens para nada, muitos para pouco, alguns para muito, nenhum para tudo.'

A história da secretaria da Fazenda catarinense está recheada de 'alguns para muito', como disse o marquês de Maricá, pelo que esses abnegados servidores fizeram pelo nosso estado ao longo do tempo e que serão justamente homenageados nesta noite pela Alesc, através das entidades que os representam e que passo a enunciar:

Aafresc - Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Santa Catarina;

Affesc - Associação dos Funcionários Fiscais de Santa Catarina;

Aftesc - Associação dos Funcionários do Tesouro do Estado de Santa Catarina;

Arefesc - Associação dos Representantes da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

Ascisc - Associação dos Servidores do Controle Interno de Santa Catarina;

Assefesc - Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

Sincofaz - Sindicato dos Contadores da Fazenda Estadual de Santa Catarina;

Sindiafre - Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Santa Catarina;

Sindfaz - Sindicato dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda;

Sindiauditoria - Sindicato dos Auditores Internos do Poder Executivo de Santa Catarina;

Sindifisco - Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Ao longo dos nossos 175 anos de vida, todos os servidores, como funcionários da secretaria da Fazenda, contribuíram significativamente para a melhoria e o aprimoramento funcional desse importante órgão de governo.

Para fazer justiça às nossas entidades homenageadas, teria que me estender individualmente sobre as suas histórias de vida, por certo de forma demorada pelo muito que representam. Permitam-me, pois, valendo-me do propósito que cada uma delas representa junto aos seus filiados, fazer a seguinte afirmação:

'Somos pequenos em relação ao tamanho do estado, mas pelo ânimo inquebrantável de nossos colegas e pela competência profissional da classe fazendária, sempre transformamos nossas esperanças em realidades.'

Todos os parlamentares desta Casa consideram uma feliz coincidência e uma honra que este aniversário esteja sendo comemorado durante a vigência de nosso mandato, o que me orgulha muito, na condição de funcionário fazendário, ser o anfitrião de tantos colegas da nossas Secretaria da Fazenda.

Geração após geração, temos consciência de que, desde a sua criação em 1837, os mais valorosos servidores públicos passaram a compor o seletivo grupo de pessoas que há 175 anos vêm escrevendo a brilhante história da SEF como uma das mais importantes entidades representativas e prestadora de serviços a toda a sociedade no estado de Santa Catarina.

O conceito que quisemos firmar como base para a celebração desta sessão especial de aniversário fazendário ancora-se em três registros:

- A recordação de um tempo de luta e de defesa permanente dos interesses dos cidadãos e da justiça fiscal em nosso estado;

- O compromisso atual para uma ação integrada dos esforços da iniciativa privada e do poder público em prol da melhora da qualidade de vida da gente catarinense;

- Visão de ousadia de gestão e modernização na construção de um estado tributária e socialmente mais justo.

Se pudéssemos fazer retroceder o tempo, gostaríamos de chegar ao ano de 1837, aos 21 dias do mês de março, de uma manhã de início de outono, quando finalmente é sancionada pelo presidente José Joaquim Machado de Oliveira a Lei n. 56, que cria a Provedoria da Província de Santa Catarina, inicialmente com o corpo técnico composto por um administrador, um escrivão, um escriturário, um tesoureiro e um porteiro.

A mensagem enviada aos deputados da então Assembleia Legislativa Provincial, a mãe desta Casa Republicana, enfatizava ao Parlamento: 'Esperando que tomeis em consideração este objeto, e providências de maneira que se deve esperar do vosso zelo pelo bem-estar desta Província.'

Era o começo de uma instituição pioneira na representação do setor público estadual cuja continuidade dos esforços de organização, que vinham desde o seu nascimento, contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento tão destacado de nosso estado, buscando ao longo de sua existência a permanente harmonia entre os interesses públicos e do empresariado privado, para o bem-estar do povo de nossa terra.

Até chegar aos dias atuais - ao longo da história de seus 175 anos - a secretaria da Fazenda de Santa Catarina vivenciou momentos importantes da história do Brasil e de Santa Catarina.

Criada no regime imperial, teve que se adaptar à transição para o regime republicano e democrático na 1ª República, sofreu os reflexos das transformações oriundas do fluxo migratório europeu para o nosso estado, além da repercussão da Revolução Industrial no mundo e no Brasil, viveu o período de grandes mudanças na virada do século XX, além das Guerras Mundiais e da consolidação da democracia e do regime republicano na primeira metade do século passado.

Mais recentemente, nos anos 60, passou pela mudança da capital federal e a nova República conviveu com o auge do regime autoritário, chamou-o milagre econômico, as reformas urbanas das grandes metrópoles, dos transportes e das telecomunicações, os saldos positivos da balança comercial, a redemocratização, a inflação de quatro dígitos, as mudanças dos padrões monetários, o Plano Real, a responsabilidade fiscal, a cronologia de pagamento das obras públicas, a abertura econômica, as privatizações, as oscilações do câmbio, as flutuações das taxas de juros, a globalização, o controle da inflação, a estabilidade econômica de quase 15 anos, o surgimento em Santa Catarina de grandes corporações e entidades empresariais fortes, como a Fiesc, a Fecomércio, o Sebrae, entre outras.

Assim, a secretaria da Fazenda do estado marcou presença e contribuiu eficazmente no imenso desenvolvimento alcançado pelo nosso estado, o que fez com que Santa Catarina se tornasse o melhor estado brasileiro para viver.

Muito ainda se teria para contar a respeito dessa linda história de vida, contudo, quero concluir esta fala enaltecendo mais uma vez a importância do corpo funcional da secretaria para o sucesso do seu trabalho, desde o secretário da Fazenda, dr. Nelson Serpa, até o menos graduado servidor, enfim, todos os servidores. Em nome da Assembleia Legislativa agradecemos o seu esforço e dedicação em prol da grandeza de Santa Catarina.

Pelo exposto e por termos orgulho de pertencer à classe fazendária é que apresentamos, juntamente com o ilustre deputado Aldo Schneider, o projeto de Lei n. 0052/2012 e esta Casa aprovou, cujo texto final foi sancionado pelo governador do estado, com a criação do 'Dia Estadual do Servidor Fazendário', a ser comemorado a cada dia 21 de março, como uma justa e reconhecida homenagem do povo catarinense a esse exército de funcionários fazendários que orgulha a nossa gente.

Gostaria ainda de relembrar todos os colegas fazendários que tiveram assento neste plenário e que merecem uma homenagem especial: Aldo Schneider; Aloísio Acácio Piazza; Antônio Carlos Vieira; Henrique de Arruda Ramos; Otávio Gilson dos Santos; Paulo Afonso Evangelista Vieira; Renato Hinnig e Gilmar Knaesel.

Neste momento quero lembrar o deputado federal João Alberto Pizzolatti Júnior, que tem cinco mandatos consecutivos e também é fazendário."

Os ex-presidentes e também os atuais diretores das entidades aqui homenageadas, que através de várias décadas deram consistência ao nosso corpo funcional, sempre buscando a justa remuneração dos nossos servidores e, ao mesmo tempo, buscando a qualificação dos servidores - e essa é uma marca de todas as nossas entidades.

Estou no meu sexto mandato consecutivo, em inúmeros momentos estiveram essas entidades aqui estiveram buscando o apoio do Parlamento no sentido de que uma remuneração justa fosse conseguida junto ao Executivo.

Fazer parte dessa grande estrutura que, volto a dizer, é a secretaria da Fazenda, ser fazendário, é fazer parte de uma grife, de uma bonita grife, que muitas vezes é invejada. É natural isso na natureza humana, mas com certeza reconhecida por todos os catarinenses especialmente pela competência e pela qualificação de seus membros.

Nesses meus 21 anos de mandato de deputado estadual não posso esquecer de que se estou no Parlamento devo isso à classe fazendária. A minha primeira eleição nasceu dentro de um movimento classista da secretaria da Fazenda. Quando fui para o embate eleitoral, tinha apenas dois tipos de eleitores: os eleitores do meu pai, que foi prefeito, deputado estadual e que faleceu muito jovem, e os fazendários, que me fizeram chegar a esta Casa.

Ao longo desses seis mandatos sempre tive na minha assessoria direta e muitas vezes até chefes de gabinete, colegas que eram os responsáveis pelas

minhas proposituras tanto no campo legislativo como no executivo, onde tive a experiência de ser secretário de estado durante oito anos.

Quero agradecer especialmente a três servidores: a Antônio Carlos Camargo, *in memoriam*, que foi um grande líder e um grande professor em política, pela sua paciência, seu jeito; a Gilberto Saavedra e Gerson Ávila Hulbert, que estão comigo no Parlamento e na minha vida política há seis mandatos, mostrando sua competência funcional. Nós, servidores da Fazenda, também somos bons assessores políticos e bons políticos.

Por último, para encerrar, quero agradecer a Deus por ter tido a sorte de fazer parte dessa história e enquanto estiver

neste Parlamento, juntamente com Aldo Schneider e Renato Hinning, a secretaria da Fazenda e os seus servidores terão sempre um gabinete à disposição.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O presidente, deputado Gelson Merisio, os membros da Mesa Diretora e os demais deputados agradecem a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

Quero registrar que um dos coralistas, Osvaldo da Silva, é também fazendário e há muitos anos faz parte dessa equipe maravilhosa do coral que tive a oportunidade de criar quando presidente desta Casa.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para a próxima terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002, de 03 de abril de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Considerar **PONTO FACULTATIVO** o dia 05 de abril de 2012, quinta-feira, no âmbito do Poder Legislativo Catarinense, por ocasião da data de início dos atos religiosos da Semana Santa.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 011-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Arnaldo Moraes, 1º Suplente da Coligação PP, PTdoB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Joares Ponticelli, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 012-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Altair da Silva, 2º Suplente da Coligação PP, PTdoB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 1º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Joares Ponticelli, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 013-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Suzete Inês Bellini de Andrade, 3ª Suplente da Coligação PP, PTdoB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Joares Ponticelli, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 014-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dieter Janssen, 4º Suplente da Coligação PP, PTdoB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio da 3ª Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Joares Ponticelli, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 130, de 28 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1468/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004.

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 30% (trinta por cento), da função de confiança, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 01 de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assistência técnica-patrimônio, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

Republicado por incorreção

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 132, de 02 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0476/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **EUCLIDES BAGATOLI**, matrícula nº 1928, no cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 133, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0518/2012,

RESOLVE: com fundamento no art.7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo único do art. 3º da EC nº 47/2005

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **ADELIR BEZ LOPES**, matrícula nº 0526, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 134, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2086/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **TANIAH MARIA NOWAKOWSKI**, matrícula nº 1117, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **80% (oitenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 135, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2412/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **FABIO FIGUEIREDO RIBEIRO**, matrícula nº 1150, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 136, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1539/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ANA LUCIA COELHO MIGNONI BOTELHO**, matrícula nº 1104, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 12,50%(doze vírgula cinquenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-5 e 27,50% (vinte e sete vírgula cinquenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de

Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por estar substituindo por prazo indeterminado a Função de Confiança - Assessoria técnica-consultoria, código PL/FC-5, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 137, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1539/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **ANA LUCIA COELHO MIGNONI BOTELHO**, matrícula nº 1104, lotada na Consultoria Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PLASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 138, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1631/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER**, matrícula nº 0264, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 100% da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefe de Seção - Laboratório de Análises Clínicas, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 139, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1923/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI**, matrícula nº 1552, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1122/91, de 28/05/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 140, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1634/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução 570/83, de 02/09/1983, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefia de Seção - Atendimento ao Público, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 141, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1480/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **LUIZ GONZAGA DE LIMA**, matrícula nº 3541, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 47,50% (quarenta e sete vírgula cinquenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-2, do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 142, de 03 de abril de 2012-04-03

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1579/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **SIRLENE MICHELS ZUNINO**, matrícula nº 1269, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 100% da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefe de Seção - Controle da Documentação, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 143, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1891/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **LENIR MARTINS ANDRADE LUZ**, matrícula nº 1570, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já

agregado pela Resolução nº 783/91, de 22/04/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 144, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1857/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ZELIA CECILIA DUARTE HOFFMANN**, matrícula nº 1245, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 789/91, de 22/04/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 145, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1472/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS**, matrícula nº 2022, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 60% (sessenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 146, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1471/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **DULCINEIA MARIA GOULART**, matrícula nº 1814, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 292/90, de 18/04/1990, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefe de Seção - Redação Final, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 147, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1574/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **OSVINO KOCH**, matrícula nº 0420, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 60% (sessenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 150/88, de 07/03/1988, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 148, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ALEXANDRE LUIS SOARES**, matrícula nº 1256, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Consulta e Informação do Acervo de Microfilme, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 149, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MARCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, da função Assessoria Técnica Administrativa - Secretaria Geral e Controle de Materiais, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 150, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PEDERNEIRAS**, matrícula nº 1758, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Secretaria Geral e Controle de Materiais, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 151, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, matrícula nº 6341, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Núcleo de Pesquisas e Assessoramento do Programa de Agentes Políticos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 22 de março de 2012 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 152, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, matrícula nº 6341, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 22 de março de 2012 (DL - CC- Comissão de Constituição e Justiça).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 153, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **FERNANDO SOUZA**, matrícula nº 1236, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (Deputado Edison Andrino).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Ana Paula Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 154, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Alterar a composição da Comissão Legal Permanente de Licitações, ficando assim constituída:

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Helio Estefano Becker Filho	1332	Presidente
Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	1877	Membro
Carlos Henrique Monguilhott	2016	Membro
Victor Inácio Kist	1039	Membro
Bernadete Albani Leiria	1998	Membro
Valter Euclides Damasco	0947	Membro
Adriana Lauth Gualberto	0775	Membro

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 155, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Alterar a composição da Comissão Legal de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, ficando assim constituída:

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Sinara Lucia Valar Dal Grande	2169	Presidente
Mirian Alice de Athayde Furtado Krieger	1363	Membro
Nadiesda Ghizzo Schmidt	2187	Membro
Juçara Helena Rebelato	2543	Membro
Raul José Lummertz Filho	1392	Membro

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 156, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1540/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004.

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ARMANDO LUCIANO CARVALHO AGOSTINI**, matrícula nº 1901, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e o código do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, PL/DAS-8 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1100/01, de 27/06/2001, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assistência técnica-consultoria, código PL/FC-5, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailsom Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 157, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1462/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **DULCE MARIA DA COSTA**, matrícula nº 1914, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 9,17% (nove vírgula dezessete por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e o código do cargo em comissão de Coordenador, PL/DAS-6 e 9,17% (nove vírgula dezessete por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; 50,83% (cinquenta vírgula oitenta e três por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1093/91, de 28/05/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante de cargo em comissão de Coordenador de Taquigrafia das Comissões, código PL/DAS-6, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailsom Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 158, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1536/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS**, matrícula nº 1917, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 60% (sessenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1029/1991, de 21/05/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 159, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1634/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, lotada na Coordenadoria de Informações, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **30% (trinta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **30% (trinta por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 160, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1574/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **OSVINO KOCH**, matrícula nº 0420, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 028/12

ACBCI OF. Nº 006/2012 Itapiranga, 28 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação dos Bombeiros de Itapiranga**, de Itapiranga referente ao exercício de 2011.

ANGELO ALTAIR VENZO DA ENCARNAÇÃO

Presidente da Associação dos Bombeiros
Comunitários de Itapiranga

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 029/12

Ofício nº 15/12 Taió, 20 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação dos Amigos e Excepcionais de Taió**, de Taió referente ao exercício de 2011.

Magali Zomer
Diretora da APAE de Taió
Matrícula 168.720.4

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 030/12

Mafra, 26 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Amigos da Cultura Mafrense**, de Mafra, referente ao exercício de 2011

Nereu Martins Carvalho
Presidente AACM

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 031/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de São Carlos, referente ao exercício de 2011.

Joarez Bedin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 032/12

Joinville, 30 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro Integrado João de Paula**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Otoniel F. Dias
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 621, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Projetos e Desenvolvimento, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDUARDO DE PELLEGRIN STOPASSOLI, que se encontra em fruição de férias por 30 (trinta) dias, a contar de 02 de abril de 2012 (DTI - Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 622, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **BRIAN VENCESLAU MICHALSKI**, matrícula nº 6328, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a Gerência - Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDSON TADEU BEZ, que se encontra substituindo o coordenador de Projetos e Desenvolvimento, a contar de 02 de abril de 2012 (DTI - CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 623, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula nº 6324, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessora técnica-administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIO CECETTO MACHADO PACHECO, que se encontra substituindo o Chefe de Seção - Operações Técnicas por 75 (setenta e cinco) dias, a contar de 27 de fevereiro de 2012 (DCS - Coordenadoria de Rádio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 624, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **MARIO CECETTO MACHADO PACHECO**, matrícula nº 6300, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Operações Técnicas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOÃO MACHADO PACHECO NETO, que se encontra em fruição de férias e licença-prêmio por 75 (setenta e cinco) dias, a contar de 27 de fevereiro de 2012 (DCS - Coordenadoria de Rádio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 625, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO**, matrícula nº 6606, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Liderança do PMDB).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 626, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO, matrícula nº 6606, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Liderança do PMDB - Ibirama).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 627, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOÃO GUILHERME DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - Colegiado de Bancadas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 628, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DÊNIS AUGUSTO LUFT, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 629, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 1º, § 11, da Lei Complementar nº 447 de 07/07/2009,

FAZER CESSAR a Portaria nº 3045, de 28 de novembro de 2011, que concedeu licença gestação à servidora **JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER**, matrícula nº 6802, a contar de 02 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 630, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora **ZENAIDE MEYER**, matrícula nº 1588, com redução de ¼ (um quarto) da jornada de trabalho, por 90 (noventa) dias, a partir de 26 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 631, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **AMÉLIA NOVAES CORDEIRO**, matrícula nº 1375, na DL - CC - Comissão de Segurança Pública, a contar de 02 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 632, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 01 de abril de 2012.

Liderança do PSDB

Matrícula	Nome do Servidor
6937	MARIANA BARCELOS BASILIO

Gab Dep Darci de Matos

Matrícula	Nome do Servidor
6767	MARLON FERNANDO STOFFEL
6879	VERA LUCIA DE OLIVEIRA VIEIRA

Gab Dep Reno Caramori

Matrícula	Nome do Servidor
3157	CIBELE WALMOTT BORGES
4852	CRISTIANE HEBERLE
4847	DANIELLE DI DOMENICO
5068	FABIANA ELICKER
3056	SULA ELIANA BOIKO

Liderança do PMDB

Matrícula	Nome do Servidor
3183	GILMAR PAGOTTO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 633, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de abril de 2012.

Gab Dep Gilmar Knaesel

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6914	CLÁUDIO JOAO BRISTOT	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 634, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MICHELE MAGALHÃES DOS SANTOS MORAES**, matrícula nº 6838, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de abril de 2012 (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 635, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MICHELE MAGALHÃES DOS SANTOS MORAES, matrícula nº 6838, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-39, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de abril de 2012 (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 636, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDIOMIRO DA SILVA**, matrícula nº 6593, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 637, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDIOMIRO DA SILVA, matrícula nº 6593, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 638, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROMINTON BERTOLLO**, matrícula nº 5369, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 639, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROMINTON BERTOLLO, matrícula nº 5369, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 640, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CHRISTIAN DOS REIS**, matrícula nº 6594, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 641, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CHRISTIAN DOS REIS, matrícula nº 6594, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 642, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARIO NILO DE ALMEIDA SLEVINSKI**, matrícula nº 6617, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 643, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIO NILO DE ALMEIDA SLEVINSKI, matrícula nº 6617, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Riqueza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 644, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SUZANA MARQUEZINI**, matrícula nº 6611, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 645, de 03 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SUZANA MARQUEZINI, matrícula nº 6611, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 2 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 120/2012

Dispõe sobre reversão de imóvel no Município de Florianópolis, constante na Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2004.

Art. 1º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração, reverterá 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados) das áreas constantes das matrículas especificadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 1º da Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2004, que autorizou a doação de imóveis no Município de Florianópolis, para a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Administração e a Universidade Federal de Santa Catarina demarcarão a área de cada uma das matrículas objeto da reversão.

Art. 2º Fica doado ao Município de Florianópolis o imóvel revertido descrito no artigo anterior, para fins da duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e construção do Posto de Saúde do Bairro Pantanal.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar os imóveis, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os imóveis.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 1º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão dos imóveis.

Art. 6º As disposições contidas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação dos imóveis, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município de Florianópolis, sendo vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 28/03/12

JUSTIFICATIVA

A Lei estadual nº 13.000, de 18 de junho de 2004, autorizou o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC os imóveis elencados no seu art. 1º.

Como é sabido, todas as leis que tratam de doação de bens públicos possuem a chamada cláusula de reversão do imóvel ao doador, quando não atendidos os preceitos e os objetivos delineados na respectiva lei.

No caso da referida Lei, o que se percebe é que o imóvel objeto da reversão não está sendo utilizado em sua totalidade, conforme requer o interesse público.

Diga-se, também, que referido imóvel faz parte de áreas maiores, doadas pelo Estado para implantação da Universidade Federal de Santa Catarina e que é justamente a sua implantação em área central que causa o transtorno no desenvolvimento urbano e na mobilidade urbana de seus entornos. Assim, nada mais justo que a donatária, visando o bem comum, reverta a doação para o Estado.

Considerando, ainda, que o objeto da presente proposição não tem obtido êxito de forma consensual, estou convencido de que a melhor solução será a reversão do imóvel, via projeto de lei, nos moldes que ora submeto à apreciação deste Parlamento, para o fim de doar ao município de Florianópolis o imóvel com o objetivo de permitir a duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira e a construção do Posto de Saúde do Bairro Pantanal,

Demais disso, para melhor instrução da matéria, anexo mapas das áreas objeto da presente proposta de lei.

Assim sendo, e em atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, em especial à primazia do interesse público, solicito aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 122/12

Declara de utilidade pública a Associação de Capoeira Magia da Bahia

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Capoeira Magia da Bahia.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 03/04/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Magia da Bahia.

A presente entidade presta serviços de natureza relevante e notório caráter social.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 123/12

Dispõe sobre a estadualização do trecho da rodovia SC-447, divisa entre os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, e dá outras providências

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a estadualizar o trecho da Rodovia SC-447 compreendido entre o entroncamento com a Avenida Beira Mar (Km = 0+000, coordenadas S 29º 09' 29,6" e W 49º 34' 31,9") - divisa entre os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio (Km = 5+875, coordenadas S 29º 07' 33,2" e W 49º 37' 16,4"), no município de Balneário Gaivota, com uma extensão aproximada de 5,9 Km.

Parágrafo único. O trecho da rodovia SC-447 de que trata o caput será incorporado à malha rodoviária estadual do Programa Rodoviário Estadual - PRE após a respectiva publicação do Decreto de estadualização.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 03/04/12

JUSTIFICATIVA

Estamos apresentando projeto de lei com o objetivo de estadualizar o trecho da Rodovia SC-447 (antiga SC-485) - divisa entre

os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, com uma extensão aproximada de 5,9 Km, em face das dificuldades da municipalidade em operar a sua manutenção e melhorias para o atendimento da demanda potencial de tráfego.

Cumpre ressaltar que a Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Gaivota aprovou a Lei nº 745, de 14 de março de 2012, autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a transferir, por devolução, o domínio do trecho rodoviário citado (cópia anexa).

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 124/12

Torna obrigatório aos fabricantes de bebidas que contenham como ingrediente o álcool, aos consumidores com a frase "Álcool é Droga" bem como os malefícios causados com o uso da bebida nas embalagens dos produtos.

Art. 1º Torna obrigatório no âmbito do Estado de Santa Catarina que as bebidas contendo como ingrediente o álcool, importadas, vendidas ou fabricadas neste Estado deverão informar aos consumidores que o álcool é uma droga, através da frase "Álcool é droga", bem como informações sobre os malefícios causados com o uso da bebida, de maneira visível e adequada nas embalagens de seus produtos.

Art. 2º Nos produtos fabricados em outros Estados ou importadas, deverão ser afixadas etiquetas de maneira clara e objetiva nas suas embalagens a frase "Álcool é droga".

Art. 3º As penalidades decorrentes de infrações às disposições desta lei serão impostas nos respectivos âmbitos de atribuições pelos órgãos de vigilância sanitária e de defesa do consumidor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde (SC), Sala das Sessões, em

KENNEDY NUNES

Deputado Estadual - PSD

Lido no Expediente

Sessão de 03/04/12

JUSTIFICATIVA

Segundo o estudo sobre morte por drogas legais e ilegais do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, o uso de drogas matou 40.692 pessoas no Brasil entre 2006 e 2010. Uma média de 8 mil óbitos por ano. Mas o que chama atenção é o papel das drogas legalizadas. O álcool segue sendo o campeão de mortandade.

O levantamento é feito com base nos dados compilados pelo DATASUS (o Departamento de Informática do SUS - DATASUS que disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde. Entre as drogas legais, a bebida alcoólica tirou a vida de 34.573 pessoas - 84,9% dos casos informados por médicos, em formulários que avisam o governo federal sobre a causa da morte nesse grupo da população. Em segundo lugar aparece o fumo, com 4.625 mortos (11,3%). A cocaína matou pelo menos 354 pessoas no período.

De acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, na comparação por gênero, há mais registros de morte de homens por álcool e fumo. Em cinco anos, 31.118 homens perderam a vida por causa da bebida. Outros 3.250 morreram em casos associados ao hábito de fumar. Por isso todas as legislações restringindo o fumo são bem vindas.

A duas principais drogas legalizadas - álcool e fumo -, juntas mataram 39.198 pessoas em cinco anos: 96% do total. Mas estes dados ainda são preliminares e podem aumentar. O preenchimento das fichas para informação não é simples e o sistema tem casos de mortes nos quais é informada no formulário mais de uma droga associada à morte.

O próprio Ministério da Saúde explica que os números de 2010 podem sofrer alterações. De acordo com o Ministério, entre 2006 e 2009 foram notificados 31.951 óbitos com causa básica de consumo de álcool,

fumo e substâncias psicoativas, como cocaína e alucinógenos. Os óbitos de 2011 somente serão conhecidos no final deste ano (2012).

O governo, como um todo, vem se dedicando a enfrentar o grave problema das drogas. São ações que exigem sintonia fina entre os Ministérios afins, harmonia na execução destes programas e, sobretudo, um fortalecimento no policiamento de fronteiras. Esta é uma medida sem a qual estaremos andando em círculos. Quanto às drogas consideradas legais é preciso aumentar as campanhas condenando o uso das mesmas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 125/12

Autoriza a Criação do Serviço Telefônico "DISQUE - DEPENDENTE QUÍMICO" no âmbito da Secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica autorizado, no âmbito da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina, o Serviço Telefônico "**Disque Dependente Químico**", com a finalidade de orientar os dependentes químicos, assim como, seus familiares.

Art. 2º - A Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina disponibilizará uma linha telefônica 0800 para o "**Disque Dependente Químico**", no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a aprovação desta Lei.

Art. 3º - O Serviço Telefônico de que trata a presente Lei destina-se ao atendimento dos dependentes químicos e seus familiares, com o objetivo de proporcionar-lhes informações sobre localização de centros de tratamentos públicos ou privados devidamente cadastrados na Secretaria citada ou na Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas e outras informações correlatas.

Parágrafo Único - Entende-se por centros de tratamentos: clínicas médicas específicas para tratamentos de dependentes químicos, comunidades terapêuticas e centros de apoio.

Art. 4º - O atendimento a que se refere o artigo 1º poderá ser efetuado por Estagiários nas áreas de psicologia ou serviço social, contratados especificamente para este fim.

Parágrafo 1º - Todos os registros do Disque Dependentes Químicos deverá ser encaminhado ao Fórum Permanente de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a qual emitirá relatório mensal dos serviços prestados.

Parágrafo 2º - Respeitar-se-á a prerrogativa do anonimato, quando solicitado.

Art. 5º - O "**Disque Dependente Químico**" funcionará 24h por dia e todos os dias da semana.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde (SC), sala das Sessões, em,

Kennedy Nunes

Deputado Estadual - PSD

Lido no Expediente

Sessão de 03/04/12

JUSTIFICATIVA

"Parece improvável que a humanidade em geral seja algum dia capaz de dispensar os 'paraísos artificiais', isto é, a busca de auto transcendência através das drogas ou... umas férias químicas de si mesmo... A maioria dos homens e mulheres levam vidas tão dolorosas - ou tão monótonas, pobres e limitadas, que a tentação de transcender a si mesmo, ainda que por alguns momentos, é e sempre foi um dos principais apetites da alma."

(Aldous Huxley, escritor inglês)

Este projeto de Lei possui como finalidade orientar os dependentes químicos e seus familiares sobre onde encontrar tratamento com o objetivo de cuidar de tais dependências.

É público e notório que os males acima referidos atingem todas as classes sociais e acabam por "destruir" diversas famílias. A droga, em nosso Estado, não é apenas uma questão de saúde, mas de segurança. Torna-se, portanto, matéria de responsabilidade da sociedade e também do Poder Público.

Destaca-se ainda, que pessoas de baixa renda possuem maiores dificuldades de encontrar orientação de centros de tratamentos para tais dependências. Desta forma, a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina podem colocar-se como uma referência para orientação segura, tornando este serviço mais um canal de proximidade entre a população catarinense e o Poder Público.

Logo, este Projeto visa, também, integralizar, articular e construir uma rede de combate à dependência química.

Pelo exposto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste projeto de Lei. Proporcionando, deste modo, orientação para eliminar os danos causados às famílias dos dependentes através de sua recuperação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 126/12

Declara o município de Brusque como "Cidade Berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina".

Art. 1º Fica declarado o município de Brusque como "Cidade Berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina".

Art. 2º A cerimônia de acendimento do Fogo Simbólico dos Jogos Abertos de Santa Catarina será realizada em Brusque, devendo o "fogo-mãe" ser aceso de forma natural, por intermédio de combustão espontânea do calor de brasas, para acendimento da pira olímpica, que permanecerá acesa até o final dos Jogos Abertos.

Art. 3º O transporte da tocha com o Fogo Simbólico do município de Brusque para a cidade sede dos Jogos Abertos de Santa Catarina será efetuado por atletas catarinenses, em corrida de revezamento, por rodovias do Estado.

Art. 4º Decreto do Poder Executivo estabelecerá os procedimentos inerentes às cerimônias de que trata esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,
Deputado Ciro Roza

Lido no Expediente

Sessão de 03/04/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar o município de Brusque como "Cidade Berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina".

Os Jogos Abertos de Santa Catarina foram criados em Brusque pelo desportista e empresário brusquense Arthur Schlösser e tiveram sua primeira realização em Brusque no período de 7 à 12 de agosto de 1960.

Em 1953 Arthur Schlösser esteve em São Paulo colhendo informações e inteirando-se dos Jogos Abertos do interior, que são realizados anualmente no estado de São Paulo, com a finalidade de criar em Santa Catarina uma competição semelhante.

Em 1957, 1958 e 1959 Arthur Schlösser custeou parte da ida das equipes da Sociedade Esportiva Bandeirante de Brusque aos Jogos Abertos do Interior, nas cidades paulistas de São Carlos, Piracicaba e Santo André, afim de obter mais subsídios para que tivesse reais condições de criar os Jogos Abertos de Santa Catarina.

Na cidade de São Carlos, em 1957, os dirigentes brusquenses mantiveram na Comissão Central Organizadora contato com Baby Barioni, que fundou no ano de 1936 na cidade paulista de Monte Alto os Jogos Abertos do Interior.

Neste encontro os dirigentes brusquenses expressaram a Baby Barioni que na cidade de Brusque Arthur Schlösser pretendia realizar uma competição nos moldes dos Jogos Abertos do Interior. Além de fornecer regulamento, formulários e material, Baby Barioni nos solicitou que incentivássemos Arthur Schlösser a criar os Jogos Abertos em Santa Catarina.

Desde 1957 Arthur Schlösser vinha mantendo entendimentos e reuniões com desportistas e autoridades brusquenses para a fundação dos Jogos Abertos de Santa Catarina, incluindo sua primeira disputa no ano de 1960 como parte integrante oficial das comemorações do Centenário de Brusque.

Em 1958, 1959 e até o início dos primeiros JASC, as reuniões comandadas por Arthur Schlösser - eleito Presidente da CCO - Comissão Central Organizadora - foram sendo realizadas regularmente, inicialmente no escritório de Arthur Schlösser, depois na S.E. Bandeirante, e por fim na sede da CCO, no 1º andar do Edifício Centenário, no centro de Brusque.

O grande mérito de Arthur Schlösser não ficou tão somente na criação dos Jogos Abertos de Santa Catarina, mas sim na sua dedicação e consideráveis gastos para que a competição não sofresse solução de continuidade.

Arthur Schlösser, "Pai dos Jogos Abertos de Santa Catarina", nasceu em Brusque em 26-05-1916 e faleceu em 28-10-1969. Casou com Regina Scheidemantel e teve os filhos Roberto (já falecido) e Elisa.

Foi Presidente da Sociedade Esportiva Bandeirante - onde foram realizados em 1960 os primeiros Jogos Abertos de Santa Catarina, e sempre participou de sua Diretoria e Conselho Deliberativo.

Arthur Schlösser jogou futebol no Spot Club Brusquense, depois Clube Atlético Carlos Renaux.

Foi atleta da S.E. Bandeirante de Brusque nas modalidades de ginástica, punhobol, tênis, voleibol e basquetebol.

Participou da criação e incentivou o intercâmbio com Clubes de São Paulo, Joinville e Blumenau através da S.E. Bandeirante.

O Ginásio de Esportes da S.E. Bandeirante, inaugurado por ocasião dos VI Jogos Abertos de Santa Catarina realizados em 1965 em Brusque, foi iniciativa de Arthur Schlösser que destinou substancial auxílio para sua construção, não tendo Arthur Schlösser aceitado que fosse colocado o seu nome ao Ginásio de Esportes, conforme era desejo da Diretoria e do Conselho Deliberativo da S.E. Bandeirante.

Arthur Schlösser foi presidente do Rotary Clube de Brusque na gestão 1955/1956, sendo formado em fiação tecelagem, iniciando em 1-10-1941 suas atividades na Cia. Industrial Schlosser, onde chegou a ocupar o cargo de Superintendente.

Registre-se que na Grécia Antiga, a Divindade do Fogo era representada pelo Deus Zeus e o seu templo foi construído em Olímpia, cidade situada no Peloponeso, às margens do rio Alfeu, na parte meridional grega.

Sendo Divindade que provinha das forças naturais, era adorado e sua conservação era encargo dos sacerdotes, das virgens sacerdotisas nos Templos Sagrados e como Divindade devia estar presente em todas as manifestações religiosas, sociais, bélicas e esportivas.

As Olimpíadas, primeiro gênero de competições esportivas de que a humanidade tem conhecimento, foram criadas na Grécia, eram destinadas exclusivamente aos atletas gregos (aos estrangeiros não era permitido a participação), constituíam-se de corridas a pé, corridas

a pé com equipamentos de guerra, corridas a cavalo, lutas a mãos livres, lutas com armas, e se desenrolavam em três dias de competições que se repetiam de quatro em quatro anos. Tinham o condão de suspender as guerras e os vencedores recebiam como uma coroa de Louros, e eram considerados heróis na sua cidade natal, que deles muito se orgulhava.

Desde as primeiras (ano 776 a.C.) que se tem notícia, todas eram realizadas no "stadium" presidindo o desenvolvimento das competições Olímpicas.

As Olimpíadas da era moderna, restabelecidas pelo Barão de Coubertain, foram realizadas pela primeira vez na capital grega, Atenas, no ano de 1896, e vêm se repetindo, também, de quatro em quatro anos nos países dos cinco continentes.

Como nas Olimpíadas primitivas, o Fogo Olímpico também está presente nas Olimpíadas da era moderna; todavia, a partir de 1936 quando as Olimpíadas foram realizadas em Berlim, o Fogo Olímpico tem sido translado em revezamento humano desde o Monte Olimpo (em Olímpia - na Grécia) até a cidade sede dos Jogos Olímpicos.

Lá no Monte Olimpo, nas ruínas do Templo de Zeus, em importante cerimonial litúrgico, o Fogo Olímpico é aceso por meios naturais, utilizando-se espelho convexo, no qual refletem os raios do sol, que provocam tal calor que incandesce e acende a Tocha Olímpica.

Em 30 de março de 1996, após o Acendimento em Olímpia, o Fogo Olímpico da Olimpíada de Atlanta percorreu durante uma semana as principais cidades gregas, onde era festiva e calorosamente recepcionado, até chegar em 6 de abril de 1996 na capital Atena para as festividades no estádio Panatenaico dos 100 Anos dos Jogos Olímpicos da era moderna.

Pelas razões expostas e pela importância do município e dos cidadãos de Brusque para o JASC, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/12

Altera a Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 4º e 12 da Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 104, de 4 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e do Contestado." (NR)

Art. 2º As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e do Contestado serão compostas por um núcleo metropolitano e uma área de expansão metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os Municípios de Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul, Joinville, Lages, Itajaí, Criciúma, Tubarão e Campos Novos." (NR)

Art. 4º Incluem-se na Área de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e do Contestado os municípios que:

- I - apresentem dependência de utilização de equipamentos públicos e serviços especializados do Núcleo Metropolitano, com implicação no desenvolvimento da região; e
- II - apresentem perspectiva de desenvolvimento integrado, através da complementaridade de funções. (NR)

Art. 12 Os municípios criados em decorrência de desmembramentos daqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e do Contestado passarão também a integrá-las." (NR)

Art. 2º Fica acrescido o art. 11-B à Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 11-B. O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Contestado será integrado pelos Municípios de Campos Novos, Capinzal, Erval Velho, Herval d'Oeste, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna e Ouro.

Parágrafo único. A área de expansão metropolitana da Região Metropolitana do Contestado será integrada pelos Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela vista, Arabutã, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Fraiburgo, Ibiã, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita, Videira e Zortéa."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/12

JUSTIFICATIVA

A Proposta que ora submeto a apreciação dos meus Pares possui o condão de concorrer para o desenvolvimento da Região Meio Oeste do Estado, por meio da criação da Região Metropolitana do Contestado, que reúne 45 municípios abrangendo 6 Secretarias Regionais e 4 Associações de Municípios.

A criação da Região facilitará o acesso dos municípios à programas específicos do Governo Federal, dentre eles ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Saliento que segue anexo à Proposição documento contendo a adesão dos Prefeitos dos Municípios e o apoio dos Secretários Regionais, além do apoio de entidades da Sociedade Civil Organizada.

Assim, conto com o apoio dos Parlamentares com assento nesta Casa Legislativa para a aprovação do presente projeto de lei complementar.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 042/2011

Dá nova redação ao § 9º do art. 3º da Lei nº 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O § 9º do art. 3º da Lei nº 9.120, de 18 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 9º O Conselho Estadual de Saúde será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde ou por seu Adjunto, devendo ser eleito entre os Conselheiros um Vice-Presidente, com mandato de dois anos, permitida apenas uma recondução, a iniciar no dia 2 de fevereiro." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 094/2012

Altera a Lei nº 4.756, de 1972, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa 3 de Maio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.756, de 30 de junho de 1972, passa vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Três de Maio, de Capivari de Baixo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Três de Maio, com sede no Município de Capivari de Baixo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***